

## Resumo da Candidatura PEDU 147

### Caracterização do Promotor

#### Aviso

Código	Designação
EIDT-99-2015-03	Convite para a apresentação de candidaturas Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano

#### Programa Operacional

Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial

#### Eixo Prioritário

Não aplicável

#### Objetivo Temático

Não aplicável

#### Prioridade de Investimento

Não aplicável

#### Tipologia de intervenção

Não aplicável

#### Plano Estratégico

### Identificação do Promotor

NIF	Nome ou Designação Social	
505931192	MUNICÍPIO DE AVEIRO	
<b>Morada (Sede Social)</b>		
PR DA REPÚBLICA		
Código Postal	Localidade	
3810-156	AVEIRO	
NUT III	NUT II	Concelho
Região de Aveiro	Centro	Aveiro
Telefone	E-mail	
234406300	ddee_gfc@cm-aveiro.pt	

**Telefax**

**URL**

<http://www.cm-aveiro.pt/>

**Tipologia de Beneficiário**

Autarquias Locais

### **Identificação do Responsável Técnico da Operação**

**Nome Responsável**

André Costa

**Telefone Responsável**

234 406 300

**Cargo Responsável**

Chefe de Divisão DEE

**Telemóvel Responsável**

961726896

**Serviço/Departamento**

DDEE

**Email Responsável**

aacosta@cm-aveiro.pt

**Email Alternativo**

acsa@cm-aveiro.pt

### **Experiência do Promotor**

#### **Experiência do Promotor na implementação de Planos / Estratégias**

[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização âmbito do QREN, incluindo dos resultados alcançados]

A Câmara Municipal de Aveiro (CMA) detém relevante experiência na gestão integrada de projetos, com o envolvimento de diferentes agentes locais e regionais. Ao nível da Regeneração Urbana destacam-se dois processos: a gestão do projeto POLIS de Aveiro e, mais recentemente, o projeto do Parque da Sustentabilidade (PdS), integrado nas “parcerias para a regeneração urbana”, cofinanciadas pelo MAISCENTRO.

O programa de ação do PdS, aprovado no início de 2009, no âmbito do regulamento específico “Reabilitação Urbana”, compreendeu 19 operações distintas, promovidas por 7 entidades que integravam a Comissão de Gestão do PdS, constituída especificamente para garantir a correta gestão deste processo. Essa comissão era composta pelas seguintes entidades: CMA, Universidade de Aveiro (UA), Clube de Ténis de Aveiro, Associação Musical das Beiras, Junta de Freguesia da Glória, Inovaria e Associação Comercial de Aveiro. No âmbito desse processo, a CMA para além da execução e implementação de 12 operações, assumiu igualmente a função de líder da parceria afetando os meios técnicos e humanos necessários à concretização do Programa de Ação, constituindo-se ainda como interlocutor direto entre os parceiros do projeto e a Autoridade de Gestão (AG).

Para além da relevante experiência adquirida nestes processos, a CMA esteve igualmente envolvida, entre 2009 e 2015, em diversos projetos financiados por diferentes programas europeus, nomeadamente nas áreas do desenvolvimento económico e estratégico, nos quais foi fundamental garantir uma eficaz gestão de interesses entre diferentes agentes locais na definição de estratégias integradas de ação. Referimo-nos, por exemplo, aos projetos: FIN-URB-ACT, EUniverCities e Jobtown, integrados no programa URBACT II, cujo objetivo geral é o de promover políticas para um desenvolvimento urbano sustentável e integrado em toda a Europa. O principal objetivo nesses 3 projetos era desenvolver um Plano de Ação Local (PAL), com o envolvimento e participação de diversos agentes locais, incluindo a participação da AG da nossa região. Dois desses projetos foram concluídos em maio de 2015, sendo de realçar que o PAL do projeto EUniverCities (UniverCidade), que contou com a participação de diversas entidades, destacando-se a UA, a Associação Académica da Universidade de Aveiro e a INOVARIA e inclui ações estruturantes que são agora propostas no âmbito do PEDU. Por sua vez ao abrigo do projeto FIN-URB-ACT (2009-2011), Aveiro criou um Grupo de Ação Local (GAL), composto pelos principais agentes económicos locais e regionais, que ao longo de dois anos de trabalho conjunto, desenharam um PAL que se designou “Aveiro Empreendedor”. Resultante da estreita colaboração com a AG, em 2011 e após garantido o cofinanciamento desse PAL, a CMA, em estreita colaboração com a AIDA, UA e INOVARIA, iniciou a implementação, monitorização e gestão do projeto Aveiro Empreendedor, que se prolongou até junho de 2014. Para além dos 4 parceiros investidores, foi estabelecido um protocolo de cooperação com 26 parceiros que acompanharam e monitorizaram a implementação do presente projeto.

Sendo as ações acima referida notas positivas do trabalho realizado e da experiência adquirida, é igualmente verdade que a CMA não tirou o devido proveito dos Fundos Comunitários do QREN 2007/2013, no que respeita à reabilitação urbana. A Cidade está em absoluto estado de necessidade para qualificar edifícios e espaços públicos do seu centro urbano, em íntima parceria com a necessidade de reabilitação urbana do edificado privado, necessitando de uma nova e intensa vida para uns e outros numa relação de mútua dependência, e num momento em que a CMA e as Entidades Privadas apresentam créditos de capacidade para aproveitarem bem as oportunidades de cofinanciamento do investimento a realizar pelo Portugal 2020. Além disso, é urgente a qualificação de bairros sociais, o apoio estruturante de qualidade de vida a comunidades desfavorecidas, com a sua devida integração social e a melhoria da mobilidade, com a aposta em modos suaves em especial na ligação entre os maiores centros produtores de tráfego.

Não sendo possível uma intervenção total e completa, por limitações de capacidade financeira do Portugal 2020 e da CMA, o PEDU assume uma intervenção de prioridade, estruturante e com sustentabilidade para o presente e suporte sólido para investimentos futuros.

Para além destes processos, a CMA tem igualmente colaborado ativamente em diversos programas promovidos pela Região de Aveiro tendo contribuído ao seu desenvolvimento e garantindo a sua implementação. Estes são alguns desses processos: “PAVE”, “+MARIA”, “Eficiência hídrica em Edifícios e Espaços públicos - O caminho para a gestão sustentável da água” ou o “Programação Cultural em Rede”. Constatase assim, que a CMA tem assumido a liderança em diversos parcerias locais e regionais, revelando relevante experiência na gestão integrada de operações cofinanciadas no âmbito dos fundos estruturais.

## Copromotores Não Municipais

NIF	Designação	Prioridade Investimento
-----	------------	-------------------------

## Caracterização do Plano

### Identificação da área de intervenção do Plano

#### Concelho

Aveiro

#### Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial Situação atual do território

A posição geográfica de Aveiro no eixo Lisboa e Porto, como parte da área metropolitana litoral contínua onde reside mais de metade da população nacional, e no eixo Ibérico Aveiro- Madrid, funcionando como porta de entrada marítima, tem contribuído para reforçar o papel de Aveiro como principal polarizador da região. O acesso por infraestruturas ferroviárias, rodoviárias e marítimas constitui um fator de competitividade que traz a Aveiro um conjunto de dinâmicas que têm moldado o território. Esta condição ribeirinha ofereceu a Aveiro vantagens competitivas em relação a outros centros, resultando numa evolução e posicionamento privilegiados, dotando-a de grande centralidade em relação ao país e região alargada, com relações fortes de dependência e complementaridade, colocando a cidade num elevado patamar de exigências e respostas de qualidade superior.

O crescimento urbano das últimas décadas aconteceu frequentemente de uma forma avulsa, dependente das oportunidades e respostas imediatas, sem as ligações e rede de base necessárias para uma ocupação qualificada. Se por um lado a especulação imobiliária forçou a expansão urbana para as periferias, o transporte motorizado deu a possibilidade de aumentar as distâncias. A ocupação dispersa que resultou aumentou os limites de urbanização a uma grande parte do território do município.

Esta dispersão urbana, assente numa forte dependência do automóvel nas deslocações quotidianas, contribuiu para a progressiva diminuição da qualidade de vida das populações, com a ocorrência de fenómenos de congestionamento e excessiva ocupação do espaço urbano pelo automóvel que, associada à reduzida cobertura da oferta de transporte público (TP), constitui também, um fator de exclusão social da população não motorizada e um fator inibidor da coesão territorial. Saliente-se que Aveiro é o principal polarizador da sub-região NUT III, Região de Aveiro (RA), num universo de 250000 habitantes, com cerca de 27000 movimentos pendulares diários, dos quais 72% são em automóvel privado. O automóvel privado é o meio preferencial no concelho, apesar da oferta de TP e de condições propícias aos modos suaves (>80% de quota nas viagens totais, > 90% nas viagens extra concelhias). Não existe definição clara de hierarquização na rede viária e orientação direcional, são várias as debilidades funcionais, particularmente na continuidade e transferência de nível hierárquico. Urge portanto inverter esta situação procurando garantir situações de partilha do espaço viário em maiores condições de conforto e segurança. Uma coerência da rede, integrada numa estratégia articulada para a qualificação do espaço viário com o encaminhamento dos tráfegos para as vias mais adequadas, passará, também, pela resolução dos pontos de maior debilidade e incongruência funcional e pelo fecho de malha de distribuição principal, interna à cidade.

A ocupação dispersa do território, que vai diminuindo à medida que se afasta do centro, mantém assim a dependência ao seu núcleo central. Tendo em conta a reorganização das freguesias, a União das Freguesias de Glória e Vera Cruz é a mais populosa, com 18756 pessoas, e representa 70% da área do PARU. No entanto, embora a área total territorial do PARU corresponda a cerca de 20% da população residente, se considerarmos a abrangência do PAICD e PMUSA, a soma da população das quatro freguesias - União das Freguesias da Vera Cruz e Glória, Esgueira, Aradas e Santa Joana - corresponde a cerca de 65% da população do concelho. Ainda, e tendo em conta a dependência do restante território concelhio e dos concelhos limítrofes da região o PEDU poderá surtir efeitos sobre uma população muito superior.

Considerando a caracterização do território do concelho, que distingue as áreas centrais de grande parte das cidades portuguesas, os valores destacam-se do resto do concelho: (i) a densidade populacional é de 4115 hab/Km<sup>2</sup>, valor bastante superior à densidade do Concelho, uma vez que se trata de uma área urbana consolidada; (ii) a tendência para o envelhecimento da população, ligeiramente superior ao Concelho, pois regista-se uma diminuição de 3% de crianças na área de intervenção e um aumento 3% de população com mais de 65 anos; (iii) os edifícios não residenciais na área de intervenção representam 22% do total, valor muito superior ao Concelho onde estes edifícios só representam 1% do total.

A cidade foi-se afirmando por um conjunto alargado de serviços e comércio, pelas funções administrativas e sociais, e pela oferta na área do conhecimento. As ofertas educativas existentes são visíveis no território analisado, pela diversidade de níveis de ensino, tipologia e áreas de formação. O ensino superior, e em particular a Universidade de Aveiro (UA), foi determinante para o desenvolvimento socioeconómico de toda a

região, e teve um impacto particular na área envolvente. Em Aveiro, 24% da população tem ensino superior completo, e mais de 40% desta população concentra-se na AI, o que explica a concentração dos recursos humanos com nível de escolaridade mais elevado. A população empregada com nível de ensino superior destaca-se, sendo Aveiro uma referência, também, quanto aos indicadores relacionados com o emprego qualificado.

Também o crescimento do turismo teve várias repercussões no território, distribuindo de forma desigual a pressão sobre o mesmo. Aveiro representa 40% do volume de alojamentos da RA e entre 2011 e 2014 registou um aumento superior a 15% no número de visitantes. Esta evolução positiva causa alguma pressão sobre a cidade em termos urbanísticos, que importa compreender de modo a implementar medidas que proporcionem uma saudável convivência entre turistas e residentes e uma revitalização urbana que garanta a multifuncionalidade dos eixos e polos centrais e o equilíbrio de funções, mas priorizando o acesso à habitação.

A riqueza da ria marca profundamente o território, estando presente no núcleo central, através das suas frentes, que conjugam a biodiversidade natural com a paisagem moldada por mão humana das salinas, e através dos canais que atravessam este núcleo. A Ria de Aveiro, e os seus canais, exemplo da mistura entre o meio aquático e o meio urbano, com a presença do barco moliceiro e das salinas, constitui um elemento turístico identitário de relevante interesse para o desenvolvimento económico da região. Na arquitetura são evidentes os apontamentos de Arte Nova, as linhas de Art Déco, o Modernismo impulsionado pelo Estado Novo e a contemporaneidade presente no Campus da UA, projetada por grandes arquitetos nacionais, de renome internacional, como Siza Vieira e Souto Moura. É igualmente notório, em diversos edifícios, da cidade o recurso à azulejaria, fortemente presente em Aveiro e na sua região, e à cerâmica, presente sobretudo na arquitetura industrial que datou o final do século XIX. Esta é, aliás, uma herança com mais de 200 anos, favorecida pela constituição geológica da região.

O tecido tradicional, mais antigo da cidade, encontra-se descaracterizado e desqualificado com espaços abandonados, degradados ou vazios, resultado de um crescimento e evolução urbanísticos guiados por opções específicas de planeamento e ordenamento e de contextos sociais e económicos, os quais ditaram o fim, por exemplo, das diversas indústrias que usufruíam de localizações privilegiadas. Alguns destes casos, já foram assimilados no tecido urbano, no processo de crescimento e evolução da cidade, através da reabilitação de edifícios e da ocupação por malhas urbanas recentes. Porém, outros persistem como grandes vazios, que pela sua localização, constituem hoje grandes oportunidades de reconversão e valorização territorial.

A requalificação dos espaços, valorizando as características paisagísticas e patrimoniais, não tem conseguido acompanhar as alterações funcionais e sociais com as respostas necessárias para o crescimento de uma cidade mais ordenada e sustentável. O esforço de obra física necessária para corrigir e articular as malhas precisa de ser acompanhado de uma verdadeira ocupação e refuncionalização dos espaços públicos e edificado, com particular relevância para a componente habitacional. Grande parte da oferta habitacional encontra-se desadequada, degradada, com valores desajustados da realidade económica da procura ou simplesmente indisponível. A dimensão média das famílias é de 2,2 indivíduos, enquanto no resto do concelho é de 2,5; os alojamentos arrendados ou subarrendados representam 44% do total de alojamentos na área de intervenção e 24% no Concelho; grande parte dos edifícios, com cinco ou mais pisos, concentra-se na AI. Ao nível dos alojamentos vagos, em 2011, representavam 18,5% do total de alojamentos familiares, percentagem superior à registada no Aveiro, que, em 2011 tinha 12,25%. Saliente-se, ainda, que os alojamentos de uso sazonal ou secundário que se encontram na AI, somados aos alojamentos vagos, perfazem um total de cerca de 33% de fogos que em grande parte do ano estarão desocupados. Este valor poderá ter interferência na intensidade de vivência que se encontra nesta área, uma vez que 1/3 dos alojamentos disponíveis não têm residentes em permanência. Por último, estima-se que cerca de metade dos fogos vagos se encontram em degradação, o que impede a sua ocupação sem reabilitação.

A AI, ainda que ampla, é composta pelo parque edificado mais antigo da cidade. O edificado com menos de 30 anos, construído entre 1991 e 2011, representa apenas 22 % do total dos edifícios existentes.

O modelo que se pretende valorizar é de reforço das centralidades, qualificando e revitalizando os centros urbanos num sistema polinucleado com o qual as populações se identifiquem, evitando a dispersão e a construção ao longo das vias de ligação, contrariando, contudo, o que advém das próprias características morfológicas do território e da estrutura da propriedade. Pretende-se que haja densificação das malhas existentes, de forma proporcional aos núcleos urbanos respetivos e que a mesma seja compatível com os programas de regeneração urbana e qualificação do património construído, em particular nos centros históricos.

A Cidade de Aveiro, como porta de entrada do Concelho tem de se reinventar, qualificando os espaços públicos, chamando a população ao centro e garantindo as condições necessárias para a apropriação continuada dos espaços públicos.

Como complemento aos dados estatísticos apresentados, aconselhamos a leitura dos capítulos II. do PARU e I e II do PAICD.

## Análise SWOT

### Principais Oportunidades

- . Valorização patrimonial e paisagística, potenciando os valores e recursos endógenos, fundamentais para a promoção do património e reforço da identidade
- . Novos modos de utilização e apropriação dos espaços, associados a níveis de instrução da população elevados o que poderá significar maior facilidade de alteração de comportamentos ao nível da mobilidade
- . Aumento da qualidade de vida dos residentes, através da qualificação dos espaços públicos e edificado, aumentando em simultâneo a capacidade de atração e a oferta turística
- . Possibilidade de implementação de uma estratégia e gestão integradas, associando a requalificação do edificado e espaço público com a possibilidade de envolvimento da população
- . Possibilidade de potenciar mercado de arrendamento através da reconversão de espaços, associada a políticas de incentivos

### Principais Pontos Fortes

- . Riqueza dos recursos endógenos, a par de uma forte herança do património cultural, material e imaterial
- . Características paisagísticas e patrimoniais associadas à ria, presentes na área de intervenção através das suas frentes ribeirinhas e canais urbanos
- . Topografia plana, favorável à acessibilidade universal e utilização dos modos ativos (suaves)
- . Localização geoestratégica, no eixo da área metropolitana litoral Porto- Lisboa e no eixo Aveiro- Madrid, funcionando como porta de entrada para o Atlântico
- . Relevância no contexto regional como polo central
- . Experiência em governação integrada em projetos anteriores
- . Conhecimentos adquiridos através da participação e integração em redes internacionais
- . Dinâmicas na área da Investigação, Desenvolvimento e Inovação, associadas à vitalidade económica, superior à média nacional

### Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

### Principais Ameaças

- . Agravamento dos fenómenos de gentrificação e exclusão social
- . Falta de diversidade social e etária de habitantes, por unidade territorial, face às dinâmicas verificadas e com potencial de crescimento
- . Risco da monofuncionalidade, pela concentração do setor terciário e pela oferta de habitação desadequada às necessidades
- . Decréscimo e envelhecimento da população
- . Resistência à mudança por parte da comunidade e instituições, com hábitos enraizados
- . Dependência de agentes externos (entidades e instituições) para a efetiva implementação das ações
- . Ocupação dispersa dependente das deslocações motorizadas individuais

### Principais Pontos Fracos

- . Limitações financeiras do município
- . Excesso e complexidade do quadro legal, que dificulta a resolução de alguns desafios
- . Especulação imobiliária que contribuiu para a fuga para as periferias e redução da função habitacional, embora a oferta de espaços desocupados se mantenha elevada
- . Desarticulação entre intervenções e ações, geridas por distintos níveis de governação (CMA, UA, Freguesias, CIRA ou Governo Central)
- . Equipamentos desadequados às necessidades atuais e futuras, com relevância para equipamentos desportivos, culturais, de saúde e de apoio a atividades económicas
- . Oferta cultural reduzida devido ao pouco envolvimento, mobilização e articulação entre os seus agentes
- . Falta de sentido de pertença e de apropriação por parte dos novos residentes
- . Dependência do automóvel, pelos hábitos e rotinas, e pela fraca oferta de alternativas

Os múltiplos desafios que a sociedade enfrenta mostram a necessidade de uma abordagem integrada, associada às intervenções territoriais, especialmente nas cidades que concentram grande parte da população e das dinâmicas económicas, de modo a garantir uma resposta eficaz. A área de intervenção combina vários fatores e características que garantem as condições de suporte para um desenvolvimento que permita responder às necessidades identificadas.

É preciso priorizar as intervenções de forma a conseguir o maior impacto face aos investimentos efetuados. Nesse sentido, será fundamental hierarquizar os desafios, associando critérios e indicadores de implementação, para garantir que os resultados correspondem ao pretendido. Se algumas ações poderão ser implementadas de imediato, será necessário consolidar e amadurecer outras, envolvendo outros agentes, para que possam produzir os efeitos necessários. Terão de ser respeitadas as várias fases necessárias à implementação, garantindo a continuidade dos processos para além dos necessários recursos financeiros dos fundos estruturais.

As ações deverão ter como principal desafio melhorar a qualidade de vida da população residente e dos utilizadores diários, assegurando o bem-estar social. Será necessário implementar políticas e programas de apoio sociais, associadas às intervenções, que garantam a diversidade populacional, nas várias vertentes: faixas etárias, níveis de instrução e socioeconómicos ou a integração das minorias. É importante partilhar algumas responsabilidades subjacentes à redução dos fenómenos de exclusão social com a comunidade, aumentando a capacidade de resposta individual e coletiva.

As novas intervenções devem seguir os princípios de integração e qualificação da malha existente, preservando os valores históricos e ambientais. Repensar os equilíbrios entre diferentes áreas, implica evitar a monofuncionalidade e assegurar a reocupação dos edifícios existentes, especialmente os devolutos. Assim, será necessário rever planos e instrumentos orientadores das intervenções, de forma a adaptá-los às necessidades atuais.

Estabilizar e estruturar o crescimento urbano significa também criar condições para que as deslocações possam acontecer, reduzindo os impactos ambientais, garantindo o acesso universal e as condições de segurança e bem-estar. Tem de existir uma transferência das deslocações interurbanas, as da cidade alargada e especialmente as intraurbanas para outros modos mais sustentáveis.

O potencial de Aveiro como polo central da região atribui responsabilidades acrescidas, na forma como se relaciona com o resto da região e com o contexto internacional. A captação de grandes investimentos, a promoção da região e do seu desenvolvimento económico, exigem uma boa coordenação entre os vários níveis de governação.

O conhecimento tem uma forte relação com o desenvolvimento económico e social, e é fundamental garantir o máximo efeito do ensino e investigação na sociedade. Será promovida a universidade cívica como um modelo que ajuda a quebrar barreiras e permite a ligação e capacitação entre os setores públicos, privado e a sociedade em geral.

Para que as ações desenhadas possam dar resposta às características específicas do território e atingir os resultados esperados, é preciso ir além das fronteiras administrativas tradicionais, exigindo uma maior cooperação entre os diferentes agentes. A concertação de esforços e recursos, públicos e privados, é um desafio fundamental.

## **Estratégia**

### **Objetivos e definição da estratégia**

O presente Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), na sua génese, integra, desde logo, preocupações de coerência entre o seu conteúdo e as grandes linhas de ação emanadas do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT). Esta atenção especial é também resultado da articulação, ao nível do seu conteúdo estratégico, com outros instrumentos de promoção da revitalização urbana, de onde se destacam os de maior componente orientadora que se reflete no território aveirense:

- Estratégia de Desenvolvimento Territorial aprovada em para a Comunidade Intermunicipal de Região de Aveiro (Estratégia de Desenvolvimento Territorial 2014-2020 – Região de Aveiro - Relatório | Revisão Junho 2014);
- Plano Regional de Ordenamento do Território - Centro (2011);
- Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro (2007);
- Plano Diretor Municipal (datado de 1995) e cujos princípios orientadores para a sua revisão já são atendidos no âmbito do presente PEDU;
- Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro (2009);
- Processo de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Aveiro.

O Município de Aveiro, através do cunho estratégico que procura imprimir no PEDU, ambiciona também dar

prosseguimento à Estratégia da UE / Portugal 2020 no seu território, no sentido de dar cumprimento às suas metas, definindo objetivos, as prioridades e as intervenções a realizar.

O território que se privilegiou confina-se à cidade consolidada, tendo sido a sua delimitação resultado de uma criteriosa ação de identificação das prioridades territoriais.

Diagnósticos de análise e prospeção, cruzados com as orientações advindas dos documentos referidos, que encerram visões estratégicas com enfoque no território municipal, permitiram delinear uma visão atualizada e integrada dos desafios estratégicos para os próximos cinco anos.

Destaca-se nesta nova visão como maior objetivo a atingir, o desencadeamento de uma dinâmica de reabilitação do edificado da cidade aveirense, que se distinga pela sua sustentabilidade no tempo, a par de complementares dinâmicas de intervenção no espaço público. A construção de um espaço urbano apelativo para viver, trabalhar e visitar, tem implicações inevitáveis ao nível da dinâmica do espaço concelhio, conducente à criação de valor económico, social e ambiental, pretendidos.

O presente PEDU vem também contribuir com uma nova visão para o município, mais atualizada e esclarecedora, já articulada com a orientação dos trabalhos de revisão do PDM, nomeadamente ao estabelecer já importantes linhas orientadoras de uma estratégia de desenvolvimento local integrada, basilar no enquadramento das futuras iniciativas de desenvolvimento do município e no apoio à potenciação da gestão dos seus recursos.

À semelhança da coerência observada com os vários IGTs que vigoram no território aveirense, o PEDU encontra-se alinhado com a Estratégia de Desenvolvimento Territorial para a Região de Aveiro, materializando em medidas e ações as grandes linhas de orientação definidas superiormente. Destacamos em termos mais específicos do contributo do PEDU, a aposta no território como identidade, recurso e marca diferenciadora (Eixo4), através da requalificação e revitalização dos centros urbanos e dos espaços públicos (meta 4a), do desenvolvimento do setor turístico e da valorização do património construído, imaterial e natural (meta 4b) e do desenvolvimento de um sistema eficaz, sustentável e integrado de transportes e mobilidade regional (meta 4c). No entanto, o PEDU contribuíra igualmente para o reforço e capacitação das comunidades de forma inclusiva (Eixo3), bem como para o suporte à inovação e empreendedorismo (Eixo1), através da valorização de uma economia assente na criação de emprego (meta 1a), na valorização do conhecimento e inovação (meta 1b) e na qualificação da comunidade (meta 3b).

Saliente-se, ainda, a articulação dos objetivos e estratégia do PEDU com duas estratégias de âmbito nacional:

. Estratégia Nacional para a Habitação (ENH) – A visão defendida pela ENH de “facilitar o acesso das famílias portuguesas à habitação” é sustentada em três pilares: “a reabilitação urbana, o arrendamento habitacional e a qualificação dos alojamentos” que se encontram presentes nos objetivos do PEDU. Os desafios lançados por esta estratégia convergem, em grande medida, com os objetivos definidos no âmbito do PEDU ao nível da inclusão e coesão social, reforço da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável e concretizados tanto pelo PARU como pelo PAICD. Este entrosamento encontra-se, ainda, patente no modelo habitacional, onde em cada princípio orientador é feita referência às medidas e iniciativas previstas pela ENH com que se articula.

. Estratégia Cidades Sustentáveis 2020 (ECS) – o PEDU foi desenvolvido em coerência com a visão e princípios orientadores explanados na ECS e as ações previstas permitem a Aveiro contribuir para a prossecução, em concreto, dos objetivos consagrados nos seguintes eixos estratégicos: Inteligência e Competitividade (medidas de “Conetividade e Internacionalização”, “Inovação Urbana”, “Identidade e Atratividade” e “Tecnologias de Informação e Comunicação”); Sustentabilidade e Eficiência (medidas de “Regeneração e Reabilitação Urbana”, “Habitação”, “Ambiente Urbano” e “Baixo-Carbono”); Inclusão e Capital Humano (medidas de “Inclusão Social”, “Cultura, Cidadania e Responsabilidade” e “Comunidades Urbanas” e Territorialização e Governança (medidas de “Informação e Conhecimento” e “Networking e Capacitação Institucional”).

O PEDU assume-se assim como um indispensável instrumento de ação estratégica, integrado com estratégias de âmbito local, regional e nacional e que terá ainda por missão conduzir uma criteriosa promoção de um conjunto de benefícios fiscais relativos aos impostos municipais sobre o património a serem aplicados dentro dos limites da sua Área de Reabilitação Urbana (ARU), que em conjunto com as disposições previstas no Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas (RMTOR) e no Regulamento Urbanístico do Município de Aveiro (RUMA), e a constituição do Instrumento Financeiro vão potenciar o investimento privado na reabilitação urbana.

Em suma, o PEDU de Aveiro encerra assim seis objetivos estratégicos:

1. Reforço da ESTRUTURA URBANA e da QUALIDADE DE VIDA das populações– aposta numa maior racionalidade de exploração dos recursos urbanos municipais, expectando-se daí incrementos nos padrões de vida, relevando nesta reestruturação uma maior equidade territorial na qualificação da componente ambiental urbana, devidamente aiustada às necessidades de diferentes públicos, com lógicas de

- proximidade e de valorização da integração do suporte físico urbano endógeno;
2. Implementação eficaz de um DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL – implementação de um modelo de desenvolvimento territorial económico e ambientalmente mais sustentável, centrado na reabilitação e regeneração dos territórios existentes, potenciando os recursos endógenos e diferenciadores, contendo perímetros urbanos, promovendo a polinucleação territorial e escala económica para a cidade e região aveirense em alguns domínios (ambiente, mobilidade e emprego), que lhe garanta maior resiliência futura aos choques externos, decorrentes da crescente exposição às dinâmicas da globalização.
  3. INCLUSÃO e COESÃO SOCIAL – Combate à pobreza e aos fenómenos de exclusão social ou de segregação dos habitantes, segundo a origem, estrato social ou etnia, nomeadamente através de ações de promoção da educação, formação e geração de emprego dirigido, acesso à habitação, serviços e equipamentos, devidamente complementadas com ações de requalificação urbana de espaços urbanos degradados.
  4. Aumento do EMPREGO e da INOVAÇÃO – proporcionar condições de fomento de empreendimentos com forte componente de inovação e com forte potencial de repercussão na economia urbana, envolvendo o máximo número de agentes locais, incluindo a comunidade e o tecido empresarial e as instituições de ensino e investigação;
  5. Fortalecimento da ATRATIVIDADE da CIDADE – aposta na integração de Aveiro, nas redes de conectividade metropolitana e regional em contextos europeu e mundial, visando o fortalecimento da cooperação territorial, potenciando complementaridades funcionais e produtivas e favorecendo o acesso aos principais territórios e mercados internacionais nos mais variados domínios (investimento, negócio, produção industrial, investigação, turismo, etc.).
  6. Incremento da CIDADANIA ATIVA e GOVERNANCIA PARTILHADA – aposta numa governação mais transparente e participada, como fórmula de impregnar maior perfilhamento e responsabilização da população pelas políticas urbanas adotadas, e de incrementar sustentabilidade temporal, sentido de justiça e sentido de comunidade com identidade cultural própria, às iniciativas de governação urbana.

## Componentes de mobilidade urbana sustentável

### DIAGNÓSTICO

Este diagnóstico resulta do trabalho no âmbito dos instrumentos de planeamento e gestão em que o Município está envolvido, como o Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro (PIMT-RA, concluído) e o Plano Municipal de Mobilidade de Aveiro (PMMA, em conclusão).

Consultar diagnóstico PIMT-RA; Consultar diagnóstico PMMA

Ainda o trabalho no âmbito de projetos em que o Município participou, na mobilidade urbana ativa (LifeCycle e Active Access), sistemas de bilhética integrada (SITE) e acessibilidade universal (RAMPA).

Elencamos 9 questões de mobilidade, nalguns casos com abrangência supramunicipal:

#### 1. Desajustada acessibilidade de Aveiro às redes regionais

Aveiro é o principal polarizador da sub-região NUT III (Região de Aveiro), num universo de 250000 habitantes, com cerca de 27000 movimentos pendulares diários, dos quais 72% são em automóvel privado. Não existe definição clara de hierarquização na rede viária e orientação direcional, são várias as debilidades funcionais, particularmente na continuidade e transferência de nível hierárquico.

#### 2. Utilização do veículo automóvel em mais de 50% das deslocações dentro do concelho

O automóvel privado é o meio preferencial no concelho, apesar da oferta de TP e de condições propícias aos modos suaves (>80% de quota nas viagens totais, > 90% nas viagens extra concelhias). As deslocações internas são sobretudo para o centro urbano; somando as inter concelhias, temos quase 70000 movimentos pendulares atraídos pela cidade.

#### 3. Transportes Públicos: local - deficiente informação prestada e dificuldade de interoperabilidade com outros sistemas de transporte; regional - deficientes condições de articulação entre modos e inexistência de bilhética integrada e Intermodal

Com base no diagnóstico do PMMA, a oferta local foi considerada adequada àquela data. As principais dificuldades estão na deficiente informação prestada ao utente e na dificuldade de interoperabilidade com outros sistemas de transporte.

O planeamento dos TP é municipal. É necessário Visão e Planeamento Intermunicipal, para criar condições à alteração modal a favor do transporte público.

O sistema de TP que serve Aveiro é composto por ferrovia, modo rodoviário e modo fluvial. Redes que se completam e intercetam, sem os devidos interfaces. As ligações efetuam-se de forma indireta, nos arruamentos urbanos, sem infraestruturas de apoio ou não se utilizam plenamente as existentes (Centro Coordenador de Transportes, por ex.). À falta de legibilidade do sistema, acrescenta-se a ausência de intermodalidade e bilhética integrada que permitam continuidade nas viagens.

4. Desadequada oferta de estacionamento periurbano para fomentar a intermodalidade e os modos suaves. Apesar do esforço para a regulação do estacionamento no centro da cidade e da oferta existente, observa-se grande indisciplina: estacionamento indevido, ocupando bolsas informais, vazios temporários e o espaço público pedonal. Para além dos prejuízos repetidos na conservação do espaço público, esta atitude gera obstáculos à acessibilidade pedonal, à imagem e atratividade da cidade. Para reduzir o número de viagens em TI para os centros urbanos, serão necessárias novas bolsas de estacionamento periféricas e adequação das existentes.

5. Rede ciclável descontinua e trajetos sem sinalização adequada: a descontinuidade na rede ciclável existente e a fraca rede de ligação entre o centro urbano e as freguesias periurbanas, condicionam o uso da bicicleta nas deslocações intraurbanas. Apenas 25% das viagens na envolvente à cidade são não motorizadas.

6. Sistema de bike-sharing desadequado às necessidades dos utilizadores

O sistema BUGA, contou com 350 bicicletas e 39 locais de estacionamento. Ainda que pioneiro, o sistema não acompanhou a evolução e está hoje desadequado às necessidades dos utilizadores. Não serve a mobilidade mas o lazer e os pontos de recolha reduziram-se à loja da BUGA.

7. O modo pedonal não é percecionado como central no dia-a-dia

Apesar da pedonalização progressiva do hipercentro, há descontinuidades no espaço público, nem sempre de acessibilidade universal e sem articulação com os TP. Os cidadãos não percecionam bem as hipóteses de, a pé, satisfazer as necessidades diárias de abastecimento e serviços.

8. Ruído, poluição atmosférica, emissão de gases com efeito de estufa e consumo energético

Conclusões a reter das análises realizadas no sistema ambiental: Aveiro não apresenta ainda níveis preocupantes de qualidade do ar, apesar de alguns picos; o mapa de ruído é preocupante; os modos rodoviários representam 98% do consumo energético e emissões de GEE; o modo ferroviário com tração a Diesel (linha do Vouga) é o transporte coletivo menos eficiente; transporte rodoviário - dependência dos combustíveis fósseis (>98%), Gasóleo (49%); transporte coletivo rodoviário - Intensidade Energética Carbónica elevada, devido à idade média elevada da frota (~19 anos) e baixas taxas de ocupação (<15%).

9. Inexistência de Planos de Mobilidade dos principais polos geradores de tráfego

Parte dos problemas na mobilidade pendular (casa/trabalho/escola), inerentes aos polos geradores/atratores de viagens, devem-se aos modelos de ordenamento territorial, nomeadamente à ocupação dispersa. Está identificada no PIMT-RA a necessidade de executar Planos de Mobilidade para Empresas e Polos Geradores/Atratores de Deslocações, nos equipamentos como Universidade e Hospital, e principais Áreas Empresariais.

São apresentadas 6 prioridades de investimento (tipologias de ações) a implementar no PEDU:

1. Promover e Incrementar os Modos Ativos (i)

Qualificar o espaço público nos centros urbanos, criando condições favoráveis aos peões, segurança e acessibilidade inclusiva. Ampliar e qualificar os espaços pedonais. Introduzir passadeiras de nível com os passeios, operações de acalmia e gestão do tráfego automóvel. Incluir as bicicletas nas vias e em canais dedicados. Informar e orientar os trajetos para os principais destinos.

2. Reforçar a integração multimodal (ii)

Implementar a gestão da rede de transportes, completa e integrada, sustentável em termos sociais e económicos, promover o sistema de bilhética integrada e sistema inovador de informação. Considerar a futura bicicleta partilhada BUGA como parte integrante da rede.

3. Melhorar a Rede de Interfaces (iii)

Garantir intermodalidade nos TP locais, regionais e nacionais, para reduzir o transporte individual; centralizar toda a informação a disponibilizar aos utentes. Desenvolver interfaces de TP e/ou modos suaves e ativos (ex. C. C. Transportes ou Estacionamento Periférico).

4. Estruturar Corredores e estabelecer Hierarquia Viária legível (iv)

Estabelecer hierarquia viária regional e municipal clara e eficaz (fecho de malhas), qualificá-la e dotá-la de nova sinalização direcional para alterar o "Mapa Mental", disciplinar e conduzir para os trajetos adequados, consoante o tipo de tráfego.

5. Desenvolver e Implementar Sistemas de Informação em Tempo Real (v)

Informação em tempo real aos operadores e, em particular, aos utentes do transporte público, é crítico para a atratividade, na medida em que permite conhecer as opções e planear a viagem com dados confiáveis de integração de horários.

6. Sistemas Inteligentes e a Soluções Inovadoras (vi)

Para controlo de tráfego rodoviário e monitorização do trânsito da cidade, gestão e segurança. Tecnologias em desenvolvimento e sistemas inovadores, (sistemas centralizados de semáforos, câmaras de TV, cinemómetros - radar, semáforos acionados por velocidade e painéis de mensagens variáveis). Será possível prestar informação aos TP e aos seus utilizadores, bem como às forças de segurança e proteção civil. Esta

informação de mobilidade irá contribuir no Sistemas de Gestão e Informação para Soluções Inovadoras na gestão sustentável da cidade (Smart City).

Para além destas, o PMUSA identifica ainda as seguintes prioridades:

Promover e Planear os Transportes Públicos

Está estabelecida no PROT-C e no PIMT-RA, a necessidade de constituir uma rede intermunicipal de TC, para que haja alteração modal nos movimentos pendulares de/para Aveiro, principal Polarizador. A Rede de Transportes Intermunicipais deve incluir todos os modos e dispor de bilhética integrada, informação correta e atualizada. Uma rede centrada no passageiro e com veículos tendencialmente ecológicos.

Desenvolver Planos de Mobilidade dos Polos Geradores de tráfego

Elaborar e implementar Planos de Mobilidade de Empresas e Polos Geradores/Atractores de Deslocações, úteis na solução dos problemas associados à mobilidade pendular; envolver entidades e comunidade enquanto parceiros relevantes.

Implementar Ações de Comunicação e Sensibilização favoráveis à alteração dos hábitos de mobilidade

Ações para a promoção da educação cívica e cidadania ativa, mobilizando a população para a alteração da perceção quanto à utilização de transportes coletivos e modos ativos. Promover alterações persistentes nos hábitos dos cidadãos, para benefício individual e comunitário.

## OBJETIVOS E DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA

A dependência do automóvel privado nas deslocações de/para Aveiro, além dos graves problemas ambientais e de saúde pública que origina, prejudica a imagem e a atratividade da cidade, origina ocupação desproporcionada do espaço público, dificulta o usufruto da cidade, a vivência de rua e o sentido de pertença, prejudica o comércio local e o turismo.

Tendo por base o diagnóstico efetuado, apresentamos resumo da estratégia definida no PMUSA- Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Aveiro (em elaboração), bem como do seu enquadramento estratégico nos diferentes instrumentos de desenvolvimento territorial de escala superior.

### Enquadramento Estratégico

O enquadramento do PMUSA congrega as orientações dos diferentes instrumentos de desenvolvimento territorial com incidência na área dos transportes e mobilidade. O Município de Aveiro, no seu processo de planeamento supramunicipal e municipal, tem vindo a construir uma Visão Integrada para a Mobilidade Urbana, o que facilita a consolidação de um Plano de Mobilidade Urbana Sustentável para Aveiro.

PN

P O T

PROT - C

P I M T - R A

PLANO ESTRATÉGICO

PLANO DIRETOR MUNICIPAL – REVISÃO

PLANO MUNICIPAL DE MOBILIDADE DE AVEIRO

PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL

Programa Operacional Regional do Centro No QUADRO 2020

INTERVENÇÃO MUNICIPAL NA QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

Apesar de a sustentabilidade estar presente nos instrumentos de planeamento que foram sendo desenvolvidos, entende-se que este é o momento para avaliar objetivos e estratégias, para delinear um programa de ação para o centro urbano, exequível e monitorizável, que permita dar um salto importante tanto na sua concretização como na adesão e disponibilidade dos cidadãos para a alteração dos hábitos de mobilidade urbana.

Os objetivos estão em linha com a “pirâmide” dos Instrumentos de Planeamento e Gestão Territorial e inscrevem-se nos grandes objetivos estratégicos do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, bem como do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro (PIMT-RA).

Tendo por base não apenas esses objetivos de âmbito supramunicipal, mas atendendo em particular ao diagnóstico efetuado e às prioridades de investimento enquadráveis, foram identificados os seguintes objetivos estratégicos e específicos para o PMUSA.

## OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A cidade deve ser entendida de forma integrada pelo que não se pode isolar o planeamento da mobilidade do desenvolvimento económico e social. Entende-se que este Plano poderá ter um papel agregador e de articulação das diversas componentes que definem o meio urbano nas distintas disciplinas e políticas que constituem a estratégia de uma cidade.

A construção de uma estratégia de planeamento e gestão da mobilidade deve ter em consideração tudo o que se pretende alcançar, nas vertentes que influenciam a mobilidade, devendo concorrer também para aumentar a atratividade e a competitividade de Aveiro e dos principais polos urbanos no contexto nacional, face ao território que polariza.

Síntese de objetivos:

- o ALTERAR A PREFERÊNCIA MODAL, DO AUTOMÓVEL PRIVADO PARA O TRANSPORTE PÚBLICO
- o PROMOVER A ACESSIBILIDADE UNIVERSAL, ENQUANTO FATOR DE INCLUSÃO E JUSTIÇA SOCIAL
- o VALORIZAR O USO DA BICICLETA E DAS DESLOCAÇÕES PEDONAIS
- o PROMOVER O AMBIENTE, A SAÚDE PÚBLICA E A SEGURANÇA RODOVIÁRIA

Estes objetivos, para além de consonantes com as indicações dos planos superiores, vão contribuir para os objetivos expressos no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), e potenciar os que se objetivam para a Área de Reabilitação Urbana (ARU), constituindo com estes uma estratégia única e coerente.

A política de mobilidade, demonstra ser um fator crítico para alcançar desenvolvimento sustentável e contribuir, de forma inequívoca, para a inclusão e coesão sociais. Apostando nos modos ativos – a pé e de bicicleta, conquistando espaço público e reduzindo o ambiente rodoviário, contribuirá para a atratividade urbana, para o reforço das relações de vizinhança e sentido de pertença nos moradores, bem como para uma cidadania mais ativa e partilhada. Uma cidade vibrante, de acessibilidade pedonal, proporciona nova oportunidade ao comércio local, ao turismo e à cultura urbana.

A melhoria dos indicadores de poluição atmosférica e do ruído, imediatos à diminuição da presença do automóvel nos centros urbanos, para além da eficiência energética, conseguida sobretudo com a utilização expressiva dos transportes coletivos, conquista melhor ambiência, maior sensibilidade aos valores paisagísticos e patrimoniais e acréscimo na qualidade de vida para os moradores e visitantes.

#### !OBJETIVOS ESPECÍFICOS e DESAFIOS

No âmbito do objetivo estratégico “ALTERAR A PREFERÊNCIA MODAL, DO AUTOMÓVEL PRIVADO PARA O TRANSPORTE PÚBLICO” são identificados 3 objetivos específicos:

- i) Redução da presença do automóvel no centro urbano pela transferência para o transporte coletivo e modos ativos

Como está patente nos diagnósticos do PIMT-RA e do PMMA, que serviram de suporte ao Diagnóstico do PMUSA, e para reduzir substancialmente a dependência do automóvel, terá que se verificar uma transferência consistente nos movimentos pendulares regionais para o transporte coletivo, bem como a complementaridade com os modos ativos – bicicleta e a pé – já no centro da cidade. A par destas medidas, será necessário constituir bolsas periféricas de estacionamento, com rebatimento para os transportes coletivos e modos ativos, e criar redes de mobilidade de 1º e 2º nível, que promovam o uso de modos suaves e ativos. Deverá ser penalizado o estacionamento no centro bem como medidas, incluindo as físicas, de acalmia da velocidade automóvel. Deverá ser impossibilitado tráfego de atravessamento no centro da cidade. No conjunto dos 11 concelhos que integram a Região, Aveiro é o concelho que gera e atrai maior número de viagens (28%). É ainda o concelho com o maior número de viagens intra-concelhias (143,3 mil viagens). Estes indicadores reforçam a importância de Aveiro no contexto regional, constituindo-se como principal Polarizador da Região, pelo que deverá assumir a capitalidade. Com origem e destino em Aveiro há uma estrela de linhas de desejo que abrange todas as direções e que só o TC rodoviário pode servir por completo. É fundamental planear articuladamente toda a rede. Isso só será possível ao nível intermunicipal. Está previsto no PIMT-RA (bem como no PROT-C) a criação de uma autoridade Intermunicipal de Transportes que, entre outras, terá como missão o planeamento e a monitorização da rede de transportes coletivos da Região de Aveiro.

Em matéria de TPC será também fundamental (para além de planear e regular a rede) a ativação qualificada do Centro Coordenador de Transportes. A proximidade com a estação da CP e como o hipercentro da cidade fará com que se constitua um interface de elevada eficácia, até porque do lado nascente da estação há espaço expectante com bastante disponibilidade para estacionamento automóvel.

- ii) Desenvolvimento e Implementação dos Planos de Mobilidade de Polos Geradores

O Campus da Universidade de Aveiro terá que merecer um plano de polo gerador específico (número de utentes envolvidos cerca de 15.000) e é considerado a primeira prioridade, tanto no PIMT-RA como no PMMA. Também os restantes equipamentos de ensino na cidade se identificam enquanto áreas de intervenção prioritárias para implementar medidas de acalmia do tráfego rodoviário e tratamento do espaço público envolvente, o que favorece a segurança dos estudantes e promove os modos ativos de deslocação. Devido ao efeito multiplicador, entendeu-se ser de intervir nas escolas dos vários níveis de ensino: 1º ciclo do ensino básico – Vera Cruz e Barrocas; 2º e 3º ciclo do ensino básico – João Afonso; 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário – José Estevão, Jaime Maalhães Lima e Mário Sacramento.

Para além da lógica dos “corredores de mobilidade” e, entre estes, os que ligam a Estação da CP ao Centro e à Universidade, podem-se considerar os equipamentos de ensino como núcleos estruturantes à prioridade das ações.

Será ainda necessário conhecer mais aprofundadamente os principais polos geradores como a Universidade de Aveiro, o Hospital Infante D. Pedro, a Estação da C.P., assim como as Zonas Industriais e de Localização Empresarial e as Grandes Superfícies Comerciais.

iii) Qualificação da Hierarquia Viária Municipal, clarificando trajetos e garantindo a segurança ao peão e à bicicleta

Tanto para suportar a Rede de Transportes Coletivos Rodoviários, como para garantir a circulação de pessoas e bens, a cidade tem que ter um 1º Nível da Hierarquia Viária capaz de absorver e distribuir, de forma adequada, a circulação automóvel. O primeiro nível de HVM – Hierarquia Viária Municipal - deverá ser completado e qualificado para garantir a circulação de pessoas e bens, o acesso às unidades de produção e de comércio e à rede de logística, fundamentais para o desenvolvimento económico e para a sustentabilidade do sistema de transportes. Em complemento, deve ser implementada uma nova sinalização de Orientação Direcional, para o correto encaminhamento do tráfego. Para além da CIRA, devem ainda ser chamados a contribuir, os gestores dos grandes polos geradores, como a UA, o Hospital, as grandes Indústrias e as grandes Superfícies Comerciais, mas também os operadores de transportes coletivos e de logística.

O segundo nível de HVM é fundamental para o sucesso do objetivo de diminuir a presença do automóvel em meio urbano. Os automobilistas deverão ser incentivados a, na sua vida diária, aparcarem a viatura e completarem/fazerem as suas viagens em TC ou modos ativos. A qualificação do espaço público é fundamental tanto para criar as condições necessárias ao equilíbrio dos diferentes modos de transporte, como para prestar a mensagem de urbanidade e prioridade ao peão. Também deverá ser promovida sinalização direcional (para os distintos modos) para o melhor encaminhamento. Na definição das intervenções neste nível, para além dos agentes mencionados no 1º nível da HVM, devem ainda ser envolvidos os utilizadores de bicicletas, as associações de moradores e as associações cívicas ligadas ao ambiente e à mobilidade sustentável.

As restantes vias urbanas e espaço público associado devem ser dedicadas à vivência urbana, quer nas zonas residenciais como “prolongamento” das habitações para o convívio de vizinhos e brincadeira das crianças, quer nas zonas comerciais e de serviços em que a segurança e o conforto dos peões devem estar garantidos. Nestas vias a prioridade é o peão; o automobilista deve sentir que não é o seu espaço, pelo que deverá ter cuidados de atenção e velocidade reduzida. A sinalização de trânsito e o ambiente rodoviário devem ser reduzidos ao mínimo já que estes são espaços de partilha (velocidades até 20km/h).

No âmbito do objetivo estratégico “PROMOVER A ACESSIBILIDADE UNIVERSAL, ENQUANTO FATOR DE INCLUSÃO E JUSTIÇA SOCIAL” são identificados 2 objetivos específicos:

i) Promover a Regeneração Urbana e Qualificar o Espaço Público

O processo de regeneração urbana é fundamental para a qualificação do espaço público. À revitalização económica e social deve associar-se um espaço público centrado no peão e na animação urbana. Para este objetivo do PMUSA, o desenho do espaço público deve obedecer aos seguintes princípios: Prioridade ao Peão, acessibilidade universal e reversibilidade das intervenções. Estes fatores facilitam a estadia e usufruto do espaço público por parte dos seus utilizadores, pelo que promovem a opção por ‘ser’ peão em detrimento de automobilista. Reduzir o ambiente rodoviário, dar continuidade ao espaço pedonal e garantir o cumprimento da lei para a acessibilidade universal é a condição que deve reger todos os projetos de intervenção no espaço público, e garante da segurança dos mais frágeis, como idosos ou crianças.

ii) Considerar os pontos de paragem de TP geradores da qualificação do espaço público

A acessibilidade universal no acesso aos Transportes Públicos, para além de garantir equidade e justiça social, promove desenho favorável ao conforto e segurança pedonal, garantindo melhor condições de intermodalidade.

No âmbito do objetivo estratégico “VALORIZAR O USO DA BICICLETA E DAS DESLOCAÇÕES PEDONAIS” são identificados 2 objetivos específicos:

i) Alterar hábitos de mobilidade, pela alteração da perceção dos cidadãos sobre os modos ativos

A promoção dos modos ativos é fortemente condicionada pela perceção dos cidadãos sobre a segurança e facilidade na sua utilização. Pretende-se neste objetivo influenciar e corrigir esta perceção: pela intervenção direta nos corredores de mobilidade, dando-lhes continuidade, e resolvendo os pontos de conflito associados aos “nós” muitas vezes dissuasores da opção pelos modos ativos; em paralelo, será fundamental promover ações de sensibilização e comunicação para aumentar o conhecimento dos cidadãos quanto às opções de mobilidade. A participação recente em projetos europeus de promoção de mobilidade ativa, faz-nos acreditar que, estimular os cidadãos a experimentar andar de bicicleta ou a pé, provoca reacções positivas. Também,

através de mapas e outra sinalização, é possível melhorar a perceção das distâncias e dos tempos de viagem.

ii) Promover a regeneração do Sistema de Bicicletas Partilhadas - BUGA

A BUGA recebeu dois prémios (Prémio Design do Centro Português de Design e o Prémio Projeto Mobilidade), é referência no Manual de Boas Práticas de Planeamento Urbano da Comunidade Europeia, e é uma das imagens de marca de Aveiro. Face à desatualização do sistema, foi desenvolvido o projeto de regeneração para a BUGA (elaborado no âmbito do projeto europeu SITE – Smart Integrated Ticketing for Europe), no pressuposto de que este sistema de bicicletas públicas possa integrar o sistema de mobilidade, complementando viagens, e utilizando o identificador comum ao restante sistema de transportes. A área abrangida no cenário mais favorável, é coincidente com a área delimitada pela ARU.

No âmbito do objetivo estratégico “PROMOVER O AMBIENTE, A SAÚDE PÚBLICA E A SEGURANÇA RODOVIÁRIA” são identificados 3 objetivos específicos:

i) Sensibilização, participação e comunicação para a mobilidade sustentável

Está previsto no Plano de Ação do PIMT-RA desenvolver ações de sensibilização para os modos suaves nas escolas dos concelhos que constituem a CIRA. Há exemplos de campanhas “a Pé para a Escola” “de Bicicleta para a Escola”, já testados e com bons resultados, que podem ser utilizados nas escolas de Aveiro, envolvendo alunos, professores e encarregados de educação. Estas ações associadas aos processos de qualificação do espaço público envolvente, no sentido da segurança e da acessibilidade, poderão convidar a comunidade escolar a repensar os seus hábitos de mobilidade e escolher os modos pedonal e ciclável para os movimentos pendulares Casa/Escola. O facto de ser uma comunidade em que prevalecem crianças e jovens e em que as famílias estão ativamente envolvidas, tem efeito multiplicador.

ii) Promoção da intermodalidade entre modos de transporte

Ao colocar em funcionamento o CCT, através de uma concessão, o Município pretende criar as melhores condições para as pessoas que diariamente utilizam os transportes públicos de passageiros, com chegada e partida na cidade, em carreiras de expressos e interurbanos. Qualificando um espaço onde se podem fazer ligações com outros meios de transporte, atingir facilmente o seu destino, em continuidade, conforto e segurança, com informação pertinente, irá certamente atrair e aumentar o número de passageiros. Pela sua localização, o CCT permite o desenvolvimento da rede de transportes públicos e a integração dos modos, através da coordenação de horários dos autocarros de todas as empresas de transportes e também dos comboios. Proporciona a hipótese de viagens mais diretas, confortáveis e seguras. A proximidade com a estação da C.P. permite a ligação a pé entre estes equipamentos em menos de 5 minutos. Esta estrutura facilitará ainda a promoção e desenvolvimento da rede de transportes intermodal e o rebatimento, tanto para as bicicletas (públicas ou privadas), como para os táxis ou os automóveis privados, ou ainda, a pé, dada a localização muito próxima do hipercentro da cidade e a sua envolvência urbanística. O CCT não é só a infraestruturas física mas, também, a coordenação do transporte público através de horários interligados, bilhética intermodal e informação clara e na hora aos passageiros.

iii) Plano Municipal de Segurança Rodoviária

Em 2014, o aumento de 25 vítimas mortais (+7%) registado dentro das localidades deveu-se, em parte, aos acidentes ocorridos nas estradas municipais, onde se observou um acréscimo de 13 mortos (+59%). Tendo em conta esta realidade e reconhecendo a importância e o contributo que as autarquias podem dar nas matérias da prevenção e segurança rodoviária, e alinhado com a respetiva Estratégia Nacional, a elaboração deste Plano Municipal destina-se a servir de suporte à definição de medidas que contrariem esta realidade. Com este instrumento, facilitamos o conhecimento e a caracterização da sinistralidade a nível municipal, permitindo assim aos decisores estabelecer metas e planos de ação adequados, mais eficientes e eficazes, de acordo com a realidade subjacente à urbanidade de Aveiro. É, ainda, oportunidade para trabalhar em conjunto com as autoridades de segurança, com a comunidade escolar e com outras associações cívicas. Tendo como objetivo levar à prática a estratégia delineada e implementar as medidas atrás identificadas, definiram-se no âmbito do PEDU, dois eixos operacionais que coadunam toda a intervenção e potenciam cada uma das ações previstas:

- Eixo I. Mobilidade Suave e Rede de Interfaces
- Eixo II. TICE aplicadas no Apoio à Gestão e ao Cidadão

O Eixo I. Mobilidade Suave e Rede de Interfaces, está orientado para a concretização de ações nos seguintes âmbitos:

- Formalização de Vias e Trajetos Cicláveis, bem como de Vias e Trajetos Pedonais segregadas, nas vias de 1º Nível, para ligação aos principais polos e núcleos urbanos das freguesias do concelho (Mobilidade Urbana e Periurbana) (A1.1.1);
- Clarificação e implementação da rede Ciclável e Pedonal em Vias de 2º Nível (Mobilidade Urbana), de ligação aos principais polos geradores/atratores de tráfego (A1.1.2):

- Intervenção em Áreas de Conflito (Nós de Articulação) ao nível da mobilidade e do espaço público (A1.1.3);
- Bihética integrada (A1.2.1);
- Intervenção em Interfaces de transportes públicos, incluindo o Centro Coordenador e Parques de Estacionamento (A1.3.1);
- Implementação do Sistema de Bike-Sharing - Regeneração da BUGA (A1.3.2);
- Intervenções na infraestrutura, que garantam o funcionamento da rede de transportes públicos e de modos suaves (fecho de malha) (A1.4.1);
- Elaboração de Plano de Mobilidade para os principais Polos Geradores de Tráfego (A1.5.1);
- Sensibilização /Promoção para a Utilização dos Modos Suaves (A1.1.5).

No âmbito do Eixo II. TICE aplicadas no Apoio à Gestão e ao Cidadão, integram-se duas tipologias de ações, que visam melhorar a gestão do sistema de mobilidade urbano, com recurso às novas tecnologias e sistemas de monitorização:

- Concretização de Sistema integrado de informação ao utilizador (A2.1.1);
- Implementação de Sistema de monitorização e Controlo de tráfego (A2.2.1).

As ações A1.3.1, A1.4.1 e A1.5.1 são fundamentais à concretização dos objetivos do PEDU, mas não serão alvo de cofinanciamento no âmbito da Prioridade de Investimento 4.5, estando o Município de Aveiro empenhado na sua concretização através de outras fontes de financiamento.

### **Componentes do Plano de Ação de regeneração urbana**

#### **OBJETIVOS ESTRATÉGICOS**

O posicionamento geoestratégico, enquadramento paisagístico e a diversidade de acessibilidades e transportes, conferem a Aveiro uma elevada preponderância, centralidade e capacidade de atração e fixação. Porém, existem várias fragilidades e oportunidades que carecem de reflexão para que Aveiro possa assumir os novos desafios de desenvolvimento. Destacam-se a necessidade de valorização dos elementos diferenciadores da imagem da cidade, da sua identidade, de qualificação dos espaços públicos e de resolução de questões ambientais e de problemas/conflitos de circulação rodoviária e descontinuidades da rede pedonal e ciclável, contribuindo para a atração de população e investimento ao centro.

Apesar de requalificar, revitalizar e reabilitar, serem conceitos transversais aos diversos planos e programas municipais, quer no modelo de organização territorial preconizado pelos instrumentos de planeamento, quer nas opções estratégicas delineadas pelos planos estratégicos e nos programas e ações promovidas, os resultados obtidos refletem um desfasamento relevante e a necessidade fundamental de revisão da compatibilização e adequação das estratégias e políticas de desenvolvimento do município, expressas nos diferentes instrumentos com os objetivos e estratégias fundamentais de reabilitação.

O atual quadro legal e dos Programas Operacionais, constitui uma oportunidade para a concretização integrada das opções estratégicas de reabilitação, com incidência territorial nos Centros Históricos, Frentes Ribeirinhas e Áreas Industriais Abandonadas.

O desenvolvimento destas opções tem por base os seguintes OBJETIVOS GERAIS ESTRATÉGICOS:

#### **A. PROMOVER as VIVÊNCIAS URBANAS**

O alcance da Qualidade Urbana, decorrente da crescente consciência e exigência da qualidade dos espaços urbanos públicos e privados, pelos utentes e residentes da cidade, constitui um dos princípios orientadores das opções das intervenções. É necessário reinventar a Cidade, preenchendo os “vazios urbanos” resultantes dos processos de crescimento ao longo dos tempos e privilegiando a criação de mais e melhores espaços públicos que sejam multifuncionais, com garantia das condições necessárias para a sua apropriação continuada, na qual o edificado e as funções instaladas têm um papel fundamental. A apropriação humana deste território não tem no património edificado o seu único testemunho, uma vez que o património imaterial é também um campo de referência da identidade local a valorizar promovido num calendário permanente de animação urbana.

#### **B. PROMOVER a QUALIDADE do AMBIENTE URBANO**

A habitabilidade e utilização dos espaços urbanos é tanto mais intensa e atrativa, quanto maior a qualidade ambiental que oferecem. A promoção do sequestro de carbono, privilegiando medidas que conduzam à diminuição do tráfego automóvel, e a valorização e reforço da rede ecológica urbana, como elementos potenciadores da dispersão atmosférica e da regeneração do ar, como barreira ao ruído e de melhoria do enquadramento paisagístico são, em conjunto, vetores fundamentais no alcance da qualidade do ambiente urbano. A adoção de mecanismos mais eficientes e inovadores, sob o ponto de vista energético, contribui para a construção de um território mais sustentável e para a afirmação de Aveiro como cidade Inteligente (analítica).

Objetivos específicos

- a. Garantir a qualidade do ar, a redução do ruído e o aumento dos níveis de conforto
- b. Promover a ecoeficiência e a redução da pegada ecológica
- c. Promover a monitorização e gestão eficiente e integrada dos recursos

#### C. GARANTIR a COESÃO dos DIFERENTES TERRITÓRIOS

A cidade beneficia de um território com escala e geografia apropriadas para os movimentos pedonais e cicláveis, promovendo a continuidade e a permeabilidade da malha. Dispõe, também, de condições para o transporte fluvial e para a utilização da sua rede ferroviária, com clara vantagem para o planeamento sustentado da mobilidade, local e intermunicipal, e conseqüentemente, de melhoria do ambiente urbano.

Objetivos específicos

- a) Estruturar e implementar a rede intermunicipal de mobilidade
- b) Clarificar e dar continuidade a percursos pedonais (acessibilidade universal) e à rede ciclável
- c) Garantir maior equilíbrio entre os modos de transporte

#### D. REFORÇAR e VALORIZAR as CARACTERÍSTICAS DIFERENCIADORAS de AVEIRO

Tendo presente o papel preponderante da Ria no desenvolvimento da cidade, enquanto elemento estruturante e determinante da sua forma de ocupação, importará valorizar os canais e corredores naturais que a atravessam e envolvem como espaços fundamentais de continuidade dos vários tecidos urbanos, e de articulação dos valores patrimoniais e das dinâmicas económicas, promovendo uma maior vivência e utilização dos residentes, utentes e visitantes e uma reinterpretação da relação dos espaços naturais com os espaços urbanos.

Objetivos específicos

- a) Valorizar as frentes ribeirinhas em termos paisagísticos e funcionais
- b) Valorizar e reforçar o Centro da Cidade em todas as suas dimensões
- c) Valorizar e promover a marca e identidade de Aveiro

#### E. VALORIZAR o PATRIMÓNIO

“O património arquitetónico, construído e paisagístico, englobando os aspetos do meio ambiente resultantes da interação entre as pessoas e os lugares através do tempo, é um recurso de importância vital para a identidade coletiva e um fator de diferenciação e de valorização territorial que importa preservar e legar para as gerações futuras”. A sua conservação, valorização e revitalização, podem constituir “âncoras” dinamizadoras e promotoras de vivências urbanas.

Objetivos específicos

- a) Promover a (re)funcionalização de edifícios singulares/ âncora da Cidade
- b) Garantir a reabilitação e revitalização do parque edificado, privilegiando tipo-morfologias, materiais e técnicas construtivas tradicionais
- c) Implementar e gerir medidas de apoio e incentivo à revitalização física e funcional do parque edificado.

O processo de desenvolvimento do PARU teve a participação e envolvimento de diversos parceiros e beneficiou igualmente da participação nos seguintes projetos de Desenvolvimento Urbano Sustentável:

. RAMPA – cofinanciado pelo Programa Operacional do Potencial Humano, este projeto permitiu o desenvolvimento dos Planos Local e Municipal de Promoção da Acessibilidade, no qual foram identificados problemas e soluções nos domínios do Espaço Público; Edifícios Públicos; Transportes e Comunicação e Infoacessibilidade. Foram aqui envolvidos diferentes públicos, como sejam: autarcas das juntas freguesias, associações representativas do comércio local e de âmbito social e cultural e gabinetes de arquitetura, planeamento ou engenharia. Os Planos de Ação tinham por objetivo programar as intervenções de promoção da acessibilidade no espaço público e edificado e propor um conjunto de intervenções estratégicas que visam incrementar a conectividade pedonal no âmbito da cidade.

. EUniverCities – cofinanciado pelo programa URBACT, este projeto permitiu desenvolver um plano de ação, com o envolvimento de diversos atores locais, dos quais se destacam, a Universidade de Aveiro, a Associação Académica da UA e a INOVARIA, com vista a fazer face aos seguintes desafios: Afirmar Aveiro como “Cidade Inteligente”; Desenvolver um Programa de ACOLHIMENTO para estudantes nacionais e estrangeiros; Fomentar o ENVOLVIMENTO dos Estudantes na vida COMUNITÁRIA e na CIDADE; Envolver os CIDADÃOS em processos de co-criação e Aumentar a ATRATIVIDADE da UNIVERCIDADE no contexto nacional e internacional.

Estes projetos foram, por isso, um contributo importante no processo de construção do PARU, e da sua experiência se induziram processos de envolvimento com potenciais parceiros/investidores privados, tendo, neste âmbito, sido realizadas diversas reuniões ao longo dos últimos meses. É, por esse motivo, proposta uma dotação FEDER significativa no âmbito do IFFRU 2020, e previsto o envolvimento das seguintes tipologias de parceiros/investidores:

- Pessoas Coletivas de Direito Público

- o Com regime de Direito Privado
- o Outras
- Pessoas Coletivas de Direito Privado
  - o Instituições Particulares de Serviço Social / Associações sem fins lucrativos
  - o Sociedades Comerciais
- Pessoas Singulares
- Cooperativas / Fundações
- Pessoas Coletivas de Direito Canónico

#### MODELO HABITACIONAL

O modelo habitacional associado ao Programa de Ação para a Regeneração Urbana (PARU) pretende contribuir para o aumento da qualidade e atratividade da Área de Intervenção ao nível da habitação, assim como, para a manutenção de uma forte mistura social na mesma. Deste modo, este modelo procura a concretização de uma regeneração urbana suportada nas pessoas e nos lugares.

Da análise demográfica e habitacional da Área de Intervenção, ressaltam alguns aspetos:

- Tendência para o envelhecimento da população superior ao Concelho (menos 3% de crianças na AI e mais 3% de pessoas com mais de 65 anos).
- O número de indivíduos por agregado familiar mais frequente é de 1 ou 2 pessoas reunindo 68% do total.
- A dimensão média das famílias é de 2,2 pessoas por família, valor bastante inferior ao do Concelho que apresenta 2,5 pessoas por família. O número médio de habitantes por alojamento é de 2,2, enquanto no Concelho é de 2,6.
- Os 2278 alojamentos de uso sazonal ou secundário em conjunto com 1801 alojamentos vagos, perfazem um total de cerca de 33% de fogos que, em grande parte do ano, estarão desocupados.
- Elevada representatividade dos alojamentos arrendados ou subarrendados 44%.
- Alojamentos predominantemente de grande dimensão face à dimensão média das famílias: 50-100m<sup>2</sup> com 43%, 100-200m<sup>2</sup> com 43%.
- 61% dos alojamentos não dispõe de espaço de estacionamento.
- Os edifícios não residenciais representam 22% do total.
- Épocas de construção mais representativas: até 1919, 1946-1960, 1961-1970 e de 1981-1990. 22 % Edifícios têm menos de 30 anos.
- 10% dos edifícios existentes foram construídos com paredes de adobe ou alvenaria de pedra solta.
- Estão identificados 221 edifícios degradados na AI.
- Os edifícios degradados com cêrceas mais elevadas, correspondem a edifícios abandonados em fase de construção.
- Dos edifícios degradados 73% correspondem a habitação.

Dos aspetos mencionados anteriormente, e tendo em conta o contexto de elaboração do Programa de Ação para a Regeneração Urbana (PARU), perspetivam-se alguns princípios orientadores no âmbito da habitação para a Área de Intervenção, que se cruzam com a Estratégia Nacional para a Habitação (ENH) 2015 -2031 (Resolução Conselho de Ministros n.º 48/2015, de 15 de julho):

. Promover a reabilitação urbana e a disponibilização de habitação garantindo níveis de conforto adequados e a sustentabilidade no uso dos recursos.

Neste sentido, é essencial aliar a reabilitação física do espaço público à mobilização dos atores privados para intervirem no edificado, tendo por base novas tecnologias e a eficiência energética. Neste campo, a ligação à Universidade de Aveiro, como centro de investigação neste domínio, torna-se fundamental já que atualmente dispõe de uma licenciatura em Reabilitação do Património.

A reabilitação das habitações deverá, ainda, ter em conta as necessárias adaptações para que se consiga promover a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada. Esta necessidade é reforçada pelo significativo envelhecimento da população registado.

A valorização do espaço público poderá funcionar como alavanca para o aumento do interesse económico sobre o território e para a mobilização da comunidade.

Esta orientação articula-se com o objetivo da PARU de PROMOVER A QUALIDADE DO AMBIENTE URBANO e com os desafios da ENH 3.3; 1.3; 1.1 (medidas e iniciativas 3.3.1; 3.3.2; 3.3.4; 3.3.5; 1.1.4)

. Promover a adequação da oferta de habitação às reais necessidades da população e Responder a necessidades específicas no âmbito da oferta de habitação

Como se verificou no diagnóstico, o número de indivíduos por agregado familiar, mais frequente nesta área é de 1 ou 2 pessoas e o número médio de habitantes por alojamento é de 2,2, pelo que será necessário adequar a dimensão das habitações a esta realidade.

Ao reabilitar/demolir edifícios que se encontram ocupados por populações vulneráveis, importa encontrar respostas adequadas, já que estas populações tenderão a encontrar outras soluções precárias para as suas necessidades de alojamento. Será, pois, fundamental criar oportunidades na área de intervenção para complementar o número de unidades de alojamentos para pessoas sem-abrigo sob gestão de instituições particulares de solidariedade social e para criação de alojamentos de carácter permanente de pessoas isoladas sem-abrigo ou em risco de perderem o acesso à habitação.

Este princípio orientador encontra-se traduzido no objetivo **PROMOVER A QUALIDADE DO AMBIENTE URBANO** da PARU e nos desafios da ENH 3.1; 3.2 (medidas e iniciativas 3.1.4; 3.2.1)

. Otimizar a utilização do stock de habitação existente e Incentivar o arrendamento

Os alojamentos vagos e edifícios devolutos interferem substancialmente na qualidade do ambiente urbano e no valor do imobiliário na envolvente, tornando-se atrativos para comportamentos desviantes e desvalorizadores da imagem urbana. Na área em análise encontram-se 1801 alojamentos vagos, grande parte correspondente a alojamentos novos que, por diversas razões, não foram absorvidos pelo mercado. Importa, pois, encontrar formas de ocupar estes alojamentos, incentivando não só a sua disponibilização para o mercado de arrendamento como, em determinados casos, a sua reconversão para outros usos ou tipologias. Relativamente aos fogos vagos em edifícios a necessitar de reabilitação, é fundamental que esta tenha em conta as necessidades expressas pela procura. Entendeu-se, assim, como essencial estabelecer medidas de sensibilização, fiscais e de incentivo com vista à ocupação dos fogos vagos para habitação que se encontram 'estagnados' no mercado, prejudicando fortemente as vivências e dinâmicas urbanas. O equilíbrio verificado entre arrendamento e residentes/proprietários dos alojamentos é impulsionado, essencialmente, pelos estudantes universitários, pelo que importará fomentar a inclusão de outro tipo de arrendatários.

Esta orientação encontra-se, essencialmente, refletida no objetivo **VALORIZAR O EDIFICADO E O PATRIMÓNIO HISTÓRICO** da PARU e no desafio 2.1 da ENH.

. Promover a mistura social, o enraizamento da população e o rejuvenescimento populacional

No âmbito do processo de regeneração urbana, apresenta-se como determinante incentivar uma mistura social, procurando evitar os fenómenos de gentrificação, comumente decorrentes deste tipo de investimento, assim como os fenómenos de exclusão social associados. Assim, torna-se fundamental encontrar formas de manter a população original e atrair população nova, de vários extratos sociais, origens e idades. Uma das ações cruciais para este fim é a dinamização do mercado de arrendamento.

Ao nível da inclusão social é importante encontrar soluções para os núcleos urbanos mais desfavorecidos/degradados, preferencialmente, dentro das áreas que já habitam.

Com vista ao rejuvenescimento da população encontraram-se no PARU medidas ao nível da promoção de equipamentos desportivos, culturais e de lazer, elementos cruciais para a atratividade das camadas mais jovens da população.

No sentido de evitar o desenraizamento da população e promover sentimentos de pertença ao lugar, serão implementadas medidas no âmbito do objetivo do PARU "PROMOVER as VIVÊNCIAS URBANAS". Esta orientação está, ainda, articulada com os desafios 3.1; 3.2; 2.1 da ENH (medidas e iniciativas 3.1.1; 3.2.2)

A concretização de grande parte destes princípios orientadores passará pela constituição de uma plataforma mediadora e informativa, que tenha como objetivos:

- . Elaborar e manter atualizado o retrato do parque edificado existente;
- . Monitorizar o mercado da habitação e as respetivas dinâmicas;
- . Simplificar procedimentos e apoiar os particulares no sentido do licenciamento das ações que desejam promover;
- . Divulgar oportunidades de investimento e procurar atrair investidores;
- . Promover o encontro de interesses;
- . Potenciar e divulgar os apoios disponíveis para a reabilitação urbana e para o arrendamento.

Espera-se, desta forma, que ao articular e otimizar a gestão do parque habitacional, se consiga 'reanimar' este setor fazendo convergir interesses e, ao mesmo tempo, esclarecer e acompanhar as atividades dos proprietários, arrendatários e investidores. Esta iniciativa articula-se com os desafios 1.1; 1.2; 2.1 da ENH (medidas e iniciativas 1.2.3; 1.2.4; 2.1.3).

## MODELO ECONÓMICO

Uma estratégia de desenvolvimento urbano bem conduzida terá um impacto significativo nas atividades económicas, contribuindo também por essa via, e de forma decisiva, para combater a crise e ajudar a promover um modelo de desenvolvimento sustentado, capaz de revitalizar as cidades, atrair turistas, fixar novos habitantes e dinamizar a economia local. Efetivamente, os impactos de uma estratégia de desenvolvimento urbano são consideráveis: no investimento que induz; na dinamização económica que provoca com a criação direta de empregos; no recurso ao conhecimento especializado e tecnologia: na

atração e fidelização de populações; na revitalização do comércio local e de proximidade e na qualificação das atividades turísticas ligadas à cultura e lazer. Assim, e para que os benefícios económicos sejam alcançados, é necessária a definição de medidas e ações de dinamização económica, tendo por base princípios orientadores de atuação que resultem da análise de diagnóstico do território.

Neste sentido, e regido pelos seguintes princípios orientadores: atrair novas atividades económicas associadas às indústrias criativas e à inovação social; promover a dinamização de atividades económicas associadas ao turismo e lazer, à criatividade urbana, à cultura, ao comércio local e aos serviços de proximidade, garantindo um forte dinamismo cultural; requalificar e revitalizar espaços comerciais com baixas taxas de ocupação; promover a reconversão de áreas industriais abandonadas; apoiar a modernização e revitalização do comércio local através das novas tecnologias e garantir uma comunicação integrada e reforço identitário; o presente modelo económico propõe as seguintes tipologias de ações a implementar:

#### A. REVITALIZAR os CENTROS COMERCIAIS de 1ª Geração e as GALERIAS COMERCIAIS

Estes espaços constituem-se como importantes âncoras de regeneração urbana, com capacidade e potencialidade para acolherem diversas atividades económicas. Assim, o PEDU surge como oportunidade para desenhar um modelo de intervenção associado à revitalização destes espaços comerciais que permita:

- Promover a concertação entre proprietários e ações de intervenção;
- Promover os direitos de salvaguarda de propriedade nos processos de permuta, venda ou aplicação de outras modalidades ou contrapartidas;
- Desenvolver modelos, planos de investimento e de gestão para a recuperação e dinamização económica dos espaços alvo e
- Incrementar um modelo de gestão de condomínios e propor um projeto global de intervenção.

#### B. A CULTURA como FATOR de REGENERAÇÃO URBANA

Uma oferta cultural diversificada pode gerar mais empregos, mais segurança, mais serviços e, conseqüentemente, melhores condições de vida, contribuindo direta e indiretamente para o crescimento económico local, capaz de atrair mais visitantes e novos investimentos associados ao turismo e promover a coesão social e o sentimento de pertença na população. Assim, CULTURA-TURISMO-CRESCIMENTO ECONÓMICO estão intrinsecamente ligados, sendo as atividades culturais um elemento catalisador para o desenvolvimento sustentável do turismo e para o crescimento económico da cidade.

O PEDU surge como uma oportunidade para apostar na dinamização de uma oferta cultural diversificada que permita:

- Criar modelos de cooperação e corresponsabilização entre diferentes entidades e vertentes culturais existentes;
- Desenvolver programas culturais que permitam promover os espaços públicos e a apropriação desses espaços por parte das pessoas;
- Promover o envolvimento da Associação Académica da Universidade de Aveiro (AAUA) e da própria Universidade de Aveiro (UA), na promoção de uma programação cultural integrada e
- Apostar na diferenciação dos locais, através da oferta cultural, atribuindo-lhes assim identidades específicas e facilmente percecionadas pelo público.

#### C. CRIATIVIDADE ENQUANTO GERADORA DE INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

Pretende-se afirmar o Centro de Aveiro como um lugar mais atrativo, vanguardista, com valores culturais e empresariais capazes de atrair empresas e empreendedores. Nesse sentido, é fundamental criar um polo aglutinador para as indústrias criativas, promovendo a requalificação de um edifício no centro da cidade e procurando responder aos desafios da economia criativa e agregar o conhecimento e competências desenvolvidas na UA, em diversas áreas do saber. Esse espaço poderá igualmente servir de sede do projeto DEMOLA Aveiro que pretende promover o desenvolvimento de ideias inovadoras, por equipas multidisciplinares da UA, que contribuam para dar respostas aos desafios do nosso tecido empresarial e da nossa sociedade.

Assim, o PEDU surge como oportunidade para apostar na qualidade e criatividade dos espaços públicos e na atração das indústrias criativas que permitam:

- Desenvolver modelos e estratégias para promoção, atração e fixação de talentos e empresas da indústria criativa;
- Cooperar ativamente com a UA, maximizando o conhecimento e investigação desenvolvido, promovendo a sua ligação com os desafios empresariais e sociais da nossa comunidade;
- Revitalizar espaços devolutos, dotando-os de novas funções e potenciando uma maior ligação entre comunidade académica e cidade e
- Promover a inovação e o empreendedorismo, desenvolvendo ações de apoio à consolidação de novas ideias de negócio.

#### D. AVEIRO COMO “HONEY-POT” DE UMA REGIÃO que APOSTA NO TURISMO

O excelente trabalho de estruturação da oferta turística desenvolvido ao longo dos últimos anos na Região de

Aveiro, associado ao esforço de promoção e comunicação desenvolvido pela Entidade Regional de Turismo do Centro (ERTC), resultou num aumento quantitativo do número de visitantes da cidade e da região.

Assim, e reconhecendo a importância das expressões culturais e artísticas nas estratégias de atração de turismo e lazer “cultural”, é necessário manter essa aposta e assumir o PEDU enquanto oportunidade para:

- Reforçar as estratégias de desenvolvimento e qualificação da oferta turística;
- Reforçar a complementaridade e concertação dos diversos Postos de Informação Turística em articulação com a ERTC;
- Dinamizar grandes eventos culturais e turísticos com capacidade de atrair novos públicos/visitantes;
- Valorizar e reforçar a importância de equipamentos turísticos com forte capacidade de atrair visitantes e turistas (Museu de Aveiro) e promover a criação de novos (Museu das Telecomunicações);
- Promover o investimento em novos estabelecimentos de alojamento turístico;
- Apostar na formação dos agentes económicos na área do turismo de modo a melhorar o serviço prestado e
- Apostar em diferentes subprodutos turísticos: City-break, Turismo Natureza, Turismo Cultural e Turismo de Negócios.

#### E. AS NOVAS TECNOLOGIAS COMO ALAVANCA À REVITALIZAÇÃO DO COMÉRCIO LOCAL

Em Portugal, o recurso ao ‘e-commerce’ é ainda residual e o seu crescimento deverá rondar os 3% a 5%/ano até 2018 (Boston Consulting Group - BCG), existindo ainda muito espaço para crescer. Por outro lado, esse crescimento está principalmente associado às grandes superfícies comerciais que já desenvolveram plataformas de venda online, o que não ocorreu com a grande maioria do pequeno comércio, por falta de competências técnicas ou de meios financeiros que garantam e suportem a logística associada a esta opção de venda. Neste sentido, é fundamental que as empresas procurem eliminar as barreiras que afastam o consumidor deste tipo de alternativa.

Assim, o PEDU surge como oportunidade para apostar:

- No desenvolvimento de uma Plataforma Integrada de Apoio ao Comércio Local que permita divulgar os produtos e serviços do comércio local existente como, também, facilite a venda online dos seus produtos;
- Na integração nessa plataforma de programas/plataformas de pontos já existentes, com o propósito de promover uma maior cooperação entre lojas e, por sua vez, uma maior atratividade do comércio de rua.

#### F. IDENTIDADE & ATRATIVIDADE

A atratividade de um território (para investir, visitar e viver) depende, não só dos elementos diferenciadores que a compõem, mas essencialmente, da sua capacidade de comunicar de uma forma integrada, distintiva e apelativa, esses recursos. É por isso fundamental que a cidade saiba identificar quais os valores de suporte à sua identidade, através de um processo participado, transposto para uma estratégia de marketing territorial que se possa traduzir num aumento do número de visitantes, população e empresas no nosso território.

Assim, o PEDU surge como oportunidade para:

- Desenvolver em colaboração com a Região de Aveiro, a ERTC, a UA e demais agentes económicos, culturais e turísticos, uma estratégia integrada de marketing urbano e
- Informar, esclarecer e apoiar os agentes económicos a iniciar, inovar e expandir os seus projetos empresariais, mantendo atualizada informação de suporte à decisão (oportunidades de financiamento e sobre espaços e/ou terrenos disponíveis para investir).

#### REGRAS E CRITÉRIOS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO

No conceito lato de Património cabem, entre outras, definições abrangentes de bem público material, natural ou imóvel, no qual se reconhecem valores de identidade e cultura coletivas, constituindo contributos para o conhecimento da história e da evolução humana e dos lugares. Na sua vasta dimensão, o Património abrange o património arqueológico, o património arquitetónico, construído e paisagístico, formas eruditas ou populares, edifícios públicos ou privados, monumentais ou utilitários. São todos eles o reflexo da vivência humana, da intervenção e interação do homem com o território, pelo que constituem um Património Cultural, que a própria Constituição determina que incumbe ao Estado, em colaboração com todos os agentes culturais, promover a sua salvaguarda e a valorização, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum. A consciência progressiva da sua importância e, consequentemente, da sua conservação e salvaguarda, tem vindo a ser objeto de particular atenção pelas tutelas, ao nível das políticas de proteção e valorização em articulação com as do ordenamento do território.

Desde logo, refiram-se os desafios da Estratégia “Cidades sustentáveis 2020” e da Estratégia Nacional para a Habitação, que apontam a regeneração / reabilitação urbana como uma mudança do paradigma da expansão urbana e da construção, enquanto desafio e oportunidade para melhor preservar as ocupações humanas dos centros urbanos em diferentes épocas.

Também a Política Nacional de Arquitetura e Paisagem, que tem como linhas orientadoras, entre outras: a promoção da conceção arquitetónica e urbanística e da constituição de um ambiente construído com qualidade: a preservação e a melhoria da qualidade do património construído: a gestão criativa e sustentável

do património arquitetónico e a sensibilização e formação dos cidadãos para a cultura arquitetónica, urbana e paisagística, aponta como uma das principais finalidades o contributo para o desenvolvimento urbano sustentável, apostando na reabilitação e regeneração como um setor estratégico conducente à melhoria da qualidade de vida, à inclusão e coesão social. Compete à administração local adequar a estratégia e as linhas orientadoras à sua realidade, adotando medidas específicas, nomeadamente, no quadro dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT). São eles que definem, através dos zonamentos e das respetivas normas regulamentares, as orientações e as restrições a ter em conta nas operações urbanísticas, designadamente, os indicadores e parâmetros que digam respeito a volumetrias, alinhamentos, cêrceas e, eventualmente, quanto aos materiais a utilizar.

É aqui, ainda no domínio urbanístico e no âmbito do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, que a definição de reabilitação urbana como “a forma de intervenção integrada sobre o tecido urbano existente, em que o património urbanístico e imobiliário é mantido, no todo ou em parte substancial, e modernizado (...)” surge como orientação para as intervenções, que se consubstanciam nas operações urbanísticas definidas no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração ou conservação, para a reabilitação de edifícios. Estas intervenções podem ainda visar a introdução de novas aptidões funcionais, determinadas pelas opções estratégicas da reabilitação urbana, permitindo novos usos, ou mesmo o mesmo uso, com padrões de desempenho e eficiência mais elevados.

Cruza-se aqui, também, toda a matéria referente às intervenções no Património Cultural classificado, nomeadamente, quanto à regulamentação sobre a sua proteção – medidas ou restrições que se adequem à valorização do imóvel, independentemente do nível de classificação, à manutenção das características originais e às históricas do contexto em que o mesmo se insere.

Contudo, a evolução dos critérios histórico-culturais, estéticos ou técnico-científicos sobre os lugares e os tecidos urbanos leva a que, por exemplo, se incluam hoje em dia no Património Cultural obras de arquitetura modernista ou mesmo contemporânea, que em Aveiro, por exemplo, adquire especial significado no Campus universitário.

Porém, nesta perspetiva de integridade e autenticidade dos locais e na senda da reabilitação urbana, a demolição de edifícios e o preenchimento dos vazios criados ou existentes, conduzirá também à definição de princípios gerais para novas intervenções nos tecidos antigos ou nos mais recentes ou para reposição dos elementos originais que conferem valor patrimonial. As novas intervenções devem também pautar-se pelo Princípio de Equidade, isto é, equacionar uma distribuição territorial equitativa da rentabilização das intervenções, respeitando as densidades de ocupação pré-existentes.

Neste contexto, apontam-se CRITÉRIOS GERAIS de proteção do Património, integrando as componentes da arquitetura, da arqueologia e da paisagem, os quais serão necessariamente conformados nos IGT, nomeadamente no PDM, compatibilizando-os, assim, com as questões do ordenamento:

- As construções existentes devem, em princípio, ser conservadas, restauradas, recuperando materiais e técnicas construtivas tradicionais ou originais;
- Apenas serão permitidas demolições totais ou parciais de edifícios que, reconhecidamente, não apresentem valor histórico ou arquitetónico, ou quando a sua beneficiação ou reparação não sejam técnica ou economicamente viáveis;
- É interdita a demolição de fachadas revestidas a azulejos de qualquer edificação, salvo em casos devidamente justificados, autorizados pela Câmara Municipal em razão da ausência ou diminuto valor patrimonial relevante destes;
- É interdita a remoção de azulejos de fachada de qualquer edificação, salvo em casos devidamente justificados, autorizados pela Câmara Municipal (CM) em razão da ausência ou diminuto valor patrimonial relevante destes, ou do estado de degradação do imóvel que impossibilite a sua conservação. Nestes casos, a remoção deverá ter acompanhamento técnico da CM;
- As intervenções de alteração e ampliação nos imóveis classificados ou em vias de classificação e nas zonas de proteção ou zonas especiais de proteção, só serão permitidas, desde que devidamente justificadas e que não desvirtuem as características arquitetónicas e volumétricas do existente, bem como os seus elementos patrimoniais e a sua relação com o território envolvente;
- Compete aos proprietários a conservação/reabilitação do edificado, visando a melhoria das condições de segurança, salubridade e conforto e, ainda, levar a cabo ações de intervenção para correção ou demolição de elementos dissonantes, visando a afirmação do valor patrimonial, independentemente da época de construção;
- Nas novas edificações deverão ser adotados princípios de composição arquitetónica e adequação morfológica qualificadas que não alterem a escala urbana da área em que se inserem, não comprometendo a sua integração e enquadramento, nem condicionem outras construções vizinhas;
- As operações urbanísticas deverão considerar as densidades da área em que se inserem;
- Os logradouros serão preferencialmente ocupados com áreas verdes, devendo ser mantida a vegetação

e/ou arborização existente, que constitua fator de interesse e valorização ambiental, ser utilizados materiais permeáveis ou semipermeáveis nas áreas de pavimento e as construções complementares ou de apoio ocupar 10% da área livre e não exceder um piso, nem criar alturas de meiação superiores a 2,40 m;

- Os conjuntos vegetais notáveis (jardins, logradouros, quintas) ou espécies isolados, de caráter público ou privado, cuja especificidade e unicidade das características tipológicas, paisagísticas, culturais e históricas lhe conferem valor patrimonial e ambiental, não poderão ser abatidos ou desbastados, exceto em situações de perigo iminente ou de prejuízo para a salubridade e segurança dos edifícios vizinhos, transeuntes ou saúde dos residentes, devidamente comprovado ou reconhecido;
- Nos sítios arqueológicos deve assegurar-se, em regra, e sem prejuízo de outras situações, um perímetro de salvaguarda radiocêntrico de 50 metros a partir do ponto central do sítio, devendo prever-se a adoção de medidas de proteção e/ou minimização de impacte negativo;
- Nas zonas de potencial arqueológico, as operações urbanísticas que impliquem remoção de solos e/ou intervenção em paramentos, devem ser alvo de apreciação individualizada e eventual adoção de medidas preventivas;
- Todas as intervenções que impliquem revolvimento de solos em igrejas e capelas construídas em data anterior a 1835, aquando da publicação de legislação que proibiu as inumações nos seus interiores, bem como nas suas imediações [adros utilizados como áreas de enterramentos] ficam condicionadas a trabalhos arqueológicos, nos termos da legislação em vigor.

### **Componentes do Plano de Ação Integrada para as comunidades desfavorecidas**

O presente PAICD aponta 3 territórios prioritários, considerados como Bairros Sociais, para intervenções de caráter físico, sobretudo na reabilitação do edificado, nomeadamente o Bairro e Urbanização de Santiago (União de Freguesias Glória e Vera Cruz - UFGVC) e os Bairros da Quinta do Griné, Cova do Ouro e Caião (Freguesia de Santa Joana). Os territórios alvo de intervenção abrangem ainda, núcleos de construção precária, designadamente, no Canal de S. Roque, na Ilha do Canastro e na Travessa Sr.º das Barrocas (UFGVC) e as Agrads do Norte (Freguesia de Esgueira). Identificam-se, igualmente, áreas urbanas antigas, como sejam: o Bairro da Misericórdia, o Património dos Pobres (UFGVC), as casas de função e outras habitações, bem como edifícios abandonados e em avançado estado de degradação, consideradas construções prioritárias para a intervenção,

Complementarmente, surgem intervenções de natureza social e de dinamização económica dirigidas às comunidades caracterizadas como socialmente desfavorecidas, por apresentarem um conjunto de problemáticas associadas: baixas habilitações literárias, níveis elevados de desemprego (taxas superiores à média nacional e do concelho), mais de 50% de indivíduos (em idade ativa) sem atividade económica, com escassos rendimentos, sendo as transferências sociais a assumirem-se como o principal travão de situações extremas de pobreza e exclusão social (na medida em que permitem o acesso a bens de primeira necessidade). Associado a estas situações críticas, existe um ambiente degradado, com edificado, espaços públicos envolventes e equipamentos de utilização coletiva, bastante deteriorados, e em mau estado de conservação.

A intervenção social comunitária emerge, assim, da necessidade de responder a estas situações de pobreza e de exclusão social, resultantes de condicionalismos económicos e sociodemográficos. Tem como objetivos: apoiar, prioritariamente, os indivíduos/famílias em situação de vulnerabilidade e emergência social; contribuir para o desenvolvimento das suas potencialidades, efetivando o seu projeto de vida; reforçar a sua autonomia e autoestima; apoiar na agilização das suas redes afetivas, familiares e sociais e mobilizar os recursos das comunidades adequados à sua progressiva inserção social, profissional e bem-estar pessoal.

Localização, delimitação e tipificação das áreas de intervenção

Uma das áreas definidas para a intervenção proposta insere-se na tipologia de Bairros sociais, conjuntos urbanos compostos por edifícios destinados a arrendamento no regime de renda apoiada. É nesta tipologia que se apontam os 3 territórios priorizados - Bairro e Urbanização de Santiago, Bairros da Quinta do Griné e da Cova do Ouro e Bairro do Caião.

O Bairro de Santiago integra 268 fogos cujo proprietário maioritário é o IHRU, tendo a Autarquia 4 fogos. Trata-se de um Conjunto habitacional de média densidade, composto por 35 edifícios, com 4 pisos e semicave, dispostos em 2 bandas, com habitações de tipologia T2, T3 e T4 e, 42 frações não habitacionais. A Urbanização de Santiago sita na mesma área territorial integra 784 fogos, onde a Autarquia é proprietária de 433, sendo os restantes do IHRU e de particulares. É um conjunto habitacional de grande dimensão composto por 34 edifícios multifamiliares, com fogos T1, T2, T3 e T4, coexistindo prédios com 4 pisos (28) e 8 pisos (6), dispostos em 2 bandas paralelas que se interligam por 2 pracetas, cuja área interior integra zonas jardinadas e 2 espaços de recreio (campos de jogos). Existem, ainda, 12 frações não habitacionais. Estes conjuntos habitacionais constituem o maior complexo de habitação social do Município, agregando

1052 fogos, que se inserem numa área residencial bastante densificada, onde se localizam as principais atividades económicas, tais como, estabelecimentos comerciais, serviços e equipamentos sociais. No que concerne às características sociodemográficas da população, residem neste território 2199, indivíduos, 1001 do género masculino e 1198 do feminino, verificando-se um total de 434 (20%) crianças e jovens (0-19 anos) e 316 indivíduos (14%) com mais de 64 anos. A maioria dos indivíduos (2124) possui até ao 3.º CEB. Existem 858 famílias “clássicas”, sendo que em 22% destas, um ou mais elementos se encontra em situação de desemprego. Do total de indivíduos residentes em idade ativa (1449), 59% (859) não possuem qualquer atividade económica, sendo que 21% estão desempregados (311). Das 858 famílias residentes, 475 possuem processo de ação social, sendo que 72 processos familiares respeitam a indivíduos beneficiários de RSI.

O Bairro da Quinta do Griné integra 168 fogos, maioritariamente propriedade do IHRU, no qual a Autarquia detém 5 habitações. É um conjunto de grande dimensão composto por 7 edifícios multifamiliares em banda de 4 pisos, com fogos T2 (112) e T3 (56), formando quarteirões abertos. O Bairro da Cova do Ouro integra 16 fogos, sendo 5 propriedade da Autarquia. Trata-se de conjunto arquitetónico residencial unifamiliar, composto por casas térreas, em banda com logradouro no tardo e fachada principal, formando quarteirões. Após o 25 de abril de 1974, o bairro foi ocupado de forma ilícita por famílias de etnia cigana e outras provenientes das ex-colónias, tendo a Autarquia, entretanto, legalizado a ocupação das casas, atribuindo-as em regime de arrendamento social ou alienando-as a essas famílias. A zona envolvente de ambos os bairros integra instituições bancárias, comércio e serviços. Nestes territórios residem 493 indivíduos, sendo 225 do género masculino e 268 do feminino, verificando-se um total de 111 (23%) crianças e jovens (0-19 anos) e 47 indivíduos com mais de 64 anos. A maioria dos indivíduos possui até ao 3.º CEB. Existem 170 famílias “clássicas”, sendo que em 21% destas, 1 ou mais elementos encontra-se em situação de desemprego. Dos 335 indivíduos em idade ativa, 64% (216) estão sem qualquer atividade económica. Das 170 famílias residentes, 139 têm processos de ação social, verificando-se que 34 processos respeitam a indivíduos beneficiários de RSI.

O Bairro do Caião, conjunto habitacional de alta densidade, é composto por 13 edifícios, separados em 2 núcleos, em banda de 2 e 4 pisos com fogos T1, T2, T3 e T4, formando quarteirões abertos. O 1.º núcleo é constituído por 10 edifícios de 2 pisos, agrupados em 2 bandas perpendiculares à principal via de acesso, apresentando frações habitacionais com várias tipologias, perfazendo um total de 4 por edifício. Os 8 blocos totalizam 32 fogos das tipologias T1, T2, T3 e T4. O 2.º núcleo é composto por 5 edifícios com 4 pisos, com 4 fogos por piso, perfazendo um total de 16 frações por edifício. Os 5 blocos perfazem 80 fogos das tipologias T2 e T3. Entre os 2 conjuntos localiza-se um jardim público e um campo de jogos. Aqui residem 369 indivíduos, 177 do género masculino e 192 do feminino. Com idades entre os 0-19 anos existem 79 crianças e jovens, e com mais de 64 anos, 51 indivíduos. A maioria possui até ao 3.º CEB. No que respeita às famílias residentes, verifica-se a existência de 150 famílias “clássicas”, sendo que em 14% destas, 1 ou mais elementos se encontra desempregado. Dos 239 indivíduos residentes em idade ativa, 53% estão sem atividade económica, sendo que desses, 20% estão em situação de desemprego. Das famílias residentes, verifica-se a existência de 16 processos familiares beneficiários de RSI.

Para além dos territórios acima identificados, existem outros núcleos de construção precária abarracada, ilegal e em avançado estado de degradação. Na União das Freguesias da Glória e Vera Cruz estão identificadas cerca de 20 construções em avançado estado de degradação, respeitando a fogos de construção antiga, com infraestruturas muito deficitárias, de ocupação ilegal/clandestina que ocorrem de forma esporádica ou mais permanente - no Canal de S. Roque, Ilha do Canastro e Trv.ª Sr. das Barrocas. Construções ocupadas por 5 agregados familiares, 2 deles de tipologia nuclear com filhos, totalizando 14 indivíduos, sendo 50% dos mesmos adultos e outros 50% crianças e jovens. Trata-se de indivíduos em situação de desemprego, a beneficiar de subsídio de desemprego ou RSI.

Na freguesia de Esgueira, no lugar das Agradas do Norte existem 10 construções precárias, abarracadas, inacabadas e clandestinas, sem condições de habitabilidade e infraestruturas básicas. É de considerar ainda, a existência de 2 edifícios de grande envergadura destinados a atividades comerciais, que se encontram inacabados ou em situação de abandono, sem quaisquer condições de habitabilidade, ocupados por cerca de 8 indivíduos passantes e/ou sem-abrigo. No total, estas construções são ocupadas por 44 indivíduos, dos quais 22 são crianças. Nenhum dos adultos em idade ativa exerce atividade profissional, existindo uma situação de desemprego generalizado. A maioria das crianças encontra-se integrada em equipamentos de infância. Esta população tem como rendimentos, os provenientes de RSI e de outras prestações sociais, tais como o abono de família.

As áreas urbanas antigas integram o Bairro da Misericórdia, o qual é composto por 40 casas, sendo que 5 são propriedade da Autarquia, organizadas em banda térrea com logradouro no tardo e fachada principal, formando quarteirões. Edificação bastante antiga, que não tem sido objeto de obras de reabilitação/conservação, apresentando graves deficiências ao nível dos telhados, pavimentos e fachadas.

em avançado estado de degradação e cuja intervenção física é premente. Nas habitações sociais da Autarquia residem 5 agregados compostos por 9 pessoas, na sua maioria em idade ativa, com habilitações literárias equivalentes ao 3.º CEB, secundário ou superior.

Contempla, igualmente, o Património dos Pobres, construção antiga e em avançado estado de degradação, ocupada por cerca de 20 indivíduos, 1 criança e 19 adultos, com uma situação económica precária, alguns sem qualquer fonte de rendimento, ou proveniente de prestações sociais. Esta população possui uma baixa escolaridade, existindo indivíduos sem qualquer escolaridade.

As casas de função e outras habitações, num total de 10, localizam-se em diversas freguesias, Sta Joana, Oliveirinha, Esgueira e, Glória e Vera Cruz e apresentam necessidades de intervenção ao nível social e físico, em estado de degradação e, algumas, em risco de ruína.

Atendendo à elevada densidade populacional, às características sociodemográficas da população e problemáticas associadas, ao avançado estado de degradação e à sua utilização inadequada serão ainda intervencionados os espaços públicos, jardins e zonas envolventes, parques infantis e polidesportivos, bem como equipamentos de utilização coletiva de dinamização económica, especificamente, o Mercado Municipal de Santiago. Esta intervenção surge como estratégia imprescindível para a respetiva requalificação como um todo, reforçando uma reapropriação do espaço público pela comunidade, que permita melhorar a segurança do espaço público, visando reduzir locais de oportunidade para comportamentos indesejados, como medida preventiva de casos de criminalidade. Espera-se, através da dinamização de atividades de vária índole, recapitalizar os territórios priorizados e, assim, contribuir para a inclusão e coesão social das comunidades.

#### Identificação das Necessidades encontradas

Tratando-se de áreas com relevante dimensão e densidade populacional, apresentam um caráter homogéneo ao nível das suas fragilidades e necessidades e cuja expressividade caracteriza as respetivas comunidades como económica e socialmente vulneráveis.

A priorização das comunidades desfavorecidas objeto de intervenção teve em consideração algumas das problemáticas enumeradas na SWOT, bem como as identificadas no Diagnóstico Social, como sejam os problemas de saúde (alcoolismo, toxicod dependência, obesidade infantil), condutas desviantes, elevada dependência de apoios sociais associada a baixos rendimentos e qualificações, fraco envolvimento e coresponsabilização comunitária na preservação do património e que se traduz na degradação dos espaços físicos comuns e na existência de conflitos familiares e de vizinhança, solidão e isolamento e consequente marginalização pela comunidade envolvente. Caracterizam-se, ainda, por fenómenos de pobreza e de exclusão social associados ao elevado número de famílias em acompanhamento social e beneficiárias da medida de política social do RSI, como ao elevado número de agregados familiares de imigrantes e de minorias étnicas, essencialmente, famílias provenientes das ex-colónias e de etnia cigana.

A atual precarização das condições básicas das famílias tem forte impacto no acesso ou manutenção da habitação, contribuindo para a incapacidade de manutenção dos contratos de arrendamento ou do cumprimento de prestações de crédito à habitação, reforçando a necessidade de criação de novas respostas habitacionais adequadas à situação financeira das famílias.

A atribuição de habitação, apesar de representar o primeiro passo para a melhoria da qualidade de vida e estabilização da situação habitacional e financeira das famílias, deixa evidenciar a necessidade de se desenvolver uma intervenção transversal e abrangente, no que reporta às áreas de educação, formação, saúde, emprego, entre outras.

Relativamente ao edificado, constata-se a existência de graves problemas estruturais que deverão ser alvo de intervenção com caráter urgente, atendendo às implicações e consequências que podem advir ao nível da segurança e das condições de habitabilidade.

Face ao exposto, é premente a criação de medidas e incentivos à reabilitação/recuperação de habitações degradadas e/ou devolutas (benefícios fiscais, redução/isenção de taxas municipais), para as habitações que integrem bolsa de habitação para arrendamento e com condições especiais quando destinadas a famílias em situação de carência económica.

A par das ações de natureza social organizadas face às especificidades dos territórios priorizados, faz parte integrante da estratégia de intervenção, uma operação de reabilitação urbana com a qual se espera a revitalização do espaço urbano, a melhoria do acesso à habitação e um grau de satisfação mais elevado, por parte da comunidade para com o lugar onde habitam.

No âmbito das intervenções de natureza social e física previstas no presente Plano de Ação, são definidos como Objetivos Estratégicos e Específicos os seguintes: A. reduzir fenómenos de exclusão social associados a territórios vulneráveis: (i) Envolver entidades locais, singulares e coletivas, públicas e privadas e as comunidades; (ii) Elevar o bem-estar das comunidades desfavorecidas com estratégias socioeducativas; (iii) Promover a interculturalidade mediante ações de integração dirigidas às comunidades imigrantes e de etnia cigana; B. reforçar a participação e o envolvimento comunitário: (i) criar dinâmicas socioeconómicas de proximidade; (ii) capacitar os indivíduos/comunidades para a gestão e promoção do património comunitário;

(iii) promover a alteração comportamental dos indivíduos; (iv) preservar o património material e comum a todos os cidadãos; C. conciliar medidas que promovam a integração social e profissional dos indivíduos/famílias: (i) potenciar as competências sociais e pessoais mediante ações de capacitação; (ii) promover processos de envelhecimento ativo; D. promover a melhoria das condições de habitabilidade: (i) intervir no edificado ao nível das infraestruturas; (ii) melhorar o conforto térmico e acústico, à segurança contra incêndios e acessibilidades; E. requalificar o espaço público: (i) promover a partilha de vivências comunitárias; (ii) recuperar espaços públicos, as infraestruturas da rede elétrica e de águas pluviais; F. melhorar o desempenho energético dos edifícios públicos: (i) implementar sistemas de ventilação natural; (ii) melhorar a estanquidade e comportamento térmico dos edifícios.

As estratégias de intervenção definidas para este PAICD traduzem-se na capacitação das comunidades, mediante o seu envolvimento em ações de natureza social, cujos resultados se espera conseguir ver traduzidos na melhoria das condições de habitabilidade, da qualificação dos espaços públicos e de utilização coletiva, bem como na emergência de economias de proximidade, sustentadas na conveniência e comodidade da população. A promoção da qualidade de vida da população residente nestes territórios, só poderá ocorrer em paralelo com uma intervenção física capaz de acompanhar as necessidades básicas e essenciais à vivência social e comunitária e de potenciar a alteração comportamental dos indivíduos, designadamente ao nível da preservação do seu património material e comum a todos os cidadãos. São prioritárias ao nível da habitação: (i) A reabilitação e regeneração urbana como forma de incentivar a conservação do património, atrair investimento privado e reduzir custos inerentes e de licenciamento; (ii) Dinamizar o mercado de arrendamento como oferta habitacional alternativa ao crédito de aquisição de habitação; (iii) Adotar medidas de regeneração das áreas urbanas mais carenciadas e erradicação dos núcleos de alojamento precários; Integrar e valorizar os bairros e a habitação social, como oferta de habitação às famílias mais carenciadas; (iv) Promover uma gestão que proporcione a conservação e a manutenção do parque habitacional social, através da corresponsabilização dos arrendatários nas suas obrigações; (v) Promover a melhoria das condições de alojamento, ao nível do conforto térmico, da eficiência energética, da acessibilidade para pessoas com mobilidade condicionada, insalubridade e (vi) contribuir para a inclusão social e proteção dos mais grupos mais vulneráveis, nomeadamente, vítimas de violência doméstica, imigrantes, refugiados, minorias étnicas e sem-abrigo.

É premissa do presente PAICD, o respeito pela continuidade da intervenção como uma mais-valia para as comunidades locais, prevendo-se a concertação de intervenções de natureza social, física e económica nomeadamente, no âmbito do PDS, dos projetos CLDS, Escolhas e outros que possam iniciar-se. Pretende-se também garantir a mobilização das entidades locais, singulares e coletivas, públicas e privadas, e as comunidades desfavorecidas identificadas, na promoção da inclusão social, através do combate à pobreza e exclusão social, com ênfase em medidas de inovação e empreendedorismo social.

Foram consideradas ações em todas as componentes ao nível das intervenções de natureza social, de carácter físico e de dinamização económica. No que respeita às de natureza social, as intervenções de integração da população contemplam ações de desenvolvimento de competências pessoais e sociais, espaços de convívio, partilha e promoção de um envelhecimento ativo e atividades performativas como estratégia favorecedora de inclusão social (Educar para Habitar; O Bairro (com)vida; Espaço Idade; Saltit'Arte). As ações de combate ao insucesso e abandono escolar preveem a dinamização de um Roteiro Vocacional e Profissional, a implementação de um Programa Municipal de combate ao abandono, absentismo e insucesso escolar e de uma Resposta Psicoeducativa. Ao nível da formação profissional de jovens NEET, o Ganh'Arte prevê a realização de ações de encaminhamento/formação. No que respeita à ocupação de tempos livres está prevista a dinamização de um Programa Integrado de OTL e o Programa Experimenta Jovem. A Formação e inclusão de desempregados de longa duração contempla ações de esclarecimento de técnicas de procura de emprego e de conciliação dos perfis de desempregados com as necessidades de emprego (+ Emprego, Empregar+ e Formação para Emprego). Relativamente às ações para integração de imigrantes e comunidades ciganas preveem-se ações de interconhecimento cultural e étnico (Interculturalidades).

No que diz respeito às intervenções de dinamização económica estão previstas várias iniciativas de apoio ao empreendedorismo (+ Empreendedorismo; Empreendedorismo no Feminino; Consultório do empreendedor; Comunidade Criativa).

As intervenções de carácter físico contemplam intervenções no Edificado de Habitação Social, na Qualificação do espaço público envolvente, incluindo espaços verdes e mobiliário urbano e na Qualificação e modernização de edifícios públicos de apoio ao acolhimento de iniciativas produtivas. Ao nível do edificado de habitação social as prioridades são: nos Bairros Sociais: Bairro e Urbanização de Santiago; Bairros da Quinta do Griné e Cova do Ouro; Bairro do Caião; nos Núcleos de construção precária e nas Áreas Urbanas Antigas. Quanto ao espaço público será dada prioridade à intervenção do Parque de Santiago e quanto aos edifícios públicos, a intervenção prioritária é no Mercado Municipal de Santiago. Importa referir que a

intervenção nos edifícios de habitação social será promovida pelo Município de Aveiro e pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, sendo igualmente expectável algum investimento privado por via do instrumento Financeiro.

## Programa de Ação

### Programa de Ação

#### Identificação das prioridades de investimento a mobilizar

Atendendo ao diagnóstico desenvolvido e aos objetivos estratégicos definidos, constata-se que o presente PEDU irá acionar as três Prioridade de Investimento (PI) possíveis, isto é, 4.5., 6.5. e 9.8. Em virtude de incorporar a PI 9.8, serão igualmente mobilizadas outras prioridades de investimento associadas às intervenções de natureza social e de dinamização económica para as comunidades desfavorecidas, nomeadamente as PI 8.4, 9.1, 9.3., 9.4 e 10.1. Quanto à PI 4.5. serão apresentados os principais investimentos associados ao Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Aveiro que se encontra em elaboração. Conforme se poderá verificar, estão previstos investimentos públicos e privados no âmbito deste plano. As principais tipologias de investimento a propor devem promover: . O incremento dos modos suaves, nomeadamente através da construção/requalificação de vias cicláveis e vias pedonais em vias de 1º e 2º nível, e através da eliminação de pontos de acumulação de acidentes; . A melhoria da rede de interfaces, quer através da operacionalização do Centro Coordenador de Transportes, quer através da criação de parques de estacionamento periféricos que sirvam de interface com o sistema de transportes públicos ou modos de mobilidade mais suave; . A implementação de um sistema de bike-sharing de nova geração adaptado às necessidades de diferentes públicos e em articulação com o sistema de transportes públicos existente e . A implementação de sistemas de informação e bilhética inovadores e integrados. Quanto à PI 6.5. serão apresentados investimentos associados ao Plano de Ação para a Regeneração Urbana, cuja versão final é apresentada em anexo. Nesse Plano estão previstos investimentos públicos e privados, sendo os privados financiados no âmbito do IFRRU. As tipologias de investimentos a propor devem promover: . A Qualificação do ESPAÇO URBANO - pretende-se fomentar a qualificação, integração e legibilidade dos espaços urbanos exteriores, garantindo a sua coesão territorial e a promoção da qualidade do ambiente urbano. Para o efeito, é fundamental a promoção da reabilitação urbana dos centros históricos, das frentes ribeirinhas e das antigas áreas de atividade industrial, bem como, dos vazios urbanos existentes, através de processos que promovam simultaneamente a revitalização económica, social, cultural e ambiental desses espaços e participação ativa de diferentes agentes. A redução da intensidade energética das cidades, a diminuição da intensidade carbónica da mobilidade urbana, o estímulo à mobilidade sustentável e universal e a valorização do resíduo como recurso, são objetivos transversais de atuação. . A Valorização do Edificado e Património Histórico - Pretende-se intervir no parque imobiliário, promovendo a sua reabilitação e, quando necessário, a sua refuncionalização, garantindo condições para a promoção do mercado de arrendamento, para a reestruturação da oferta de habitação social no mercado normal e a custos controlados, para a promoção da inclusão social e para o aumento das taxas de ocupação do edificado, independentemente da sua função. O reforço e qualificação da oferta ao nível dos equipamentos de utilização coletiva (atividade económica, cultura, saúde, educação ou desporto), será igualmente atendida no âmbito do presente eixo de intervenção, privilegiando-se os processos de reabilitação do existente, sempre que possível, através de medidas de reabilitação/construção sustentável. Também os investimentos no Património Histórico serão contemplados neste eixo, estimulando-se, não só, a sua reabilitação, mas também, a valorização das suas funções ou a oferta de funções complementares, garantindo uma complementaridade funcional entre espaços e equipamentos do Centro Urbano. . Competitividade, Inovação e Governação - Pretende-se investir no papel estruturante do espaço urbano como catalisador para o incremento da competitividade de Aveiro (dimensão cidade-região), capaz de gerar oportunidades para atrair e fixar investimento, pessoas e conhecimento, através do acolhimento e favorecimento da inovação e criatividade, reforçando as capacidades e competências dos indivíduos, das empresas e das comunidades. Valorizando o trabalho em rede e com o envolvimento de diversos agentes urbanos, pretende-se fomentar a criação do capital humano, garante do desenvolvimento sustentável da cidade. Quanto à PI 9.8. serão apresentados investimentos associados ao Plano de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD), cuja versão final é apresentada em anexo. Nesse Plano estão previstos investimentos públicos e privados, e de natureza física e social, sendo estes últimos mobilizados através das Prioridades de Investimento 8.4, 9.1, 9.3., 9.4 e 10.1. No PAICD são apresentadas algumas intervenções de natureza social e de dinamização económica, para as quais está previsto o financiamento através de um Contrato Local de Desenvolvimento Social, dinamizado

em parceria pela Cáritas Diocesana de Aveiro, pela Santa Casa da Misericórdia e pela Associação de Melhoramento de Eixo, num processo no qual o Município de Aveiro tem um papel preponderante de acompanhamento à execução e garantia de articulação com diferentes políticas de âmbito municipal, com especial relevo para o Plano de Desenvolvimento Social. Há, no entanto, inúmeras ações de natureza social e económica, cujo financiamento não está garantido, que são fundamentais para garantir a desejada intervenção integrada de melhoria da qualidade de vida da população destas comunidades desfavorecidas. No que diz respeito às intervenções físicas os investimentos a propor devem promover: . A intervenção em Bairros Sociais – nos principais conjuntos urbanos compostos por edifícios destinados ao arrendamento no regime de renda apoiada, cuja intervenção é prioritária, nomeadamente: Bairro Social e Urbanização de Santiago, Bairro da Quinta do Griné/Cova do Ouro e Bairro do Caião; . A intervenção em Núcleos de construção precária – num conjunto de construções precárias, sem condições de habitabilidade, maioritariamente na área da ARU, em muitos casos de ocupação ilegal, cuja intervenção através de processos de realojamento é urgente; . A intervenção em Áreas Urbanas Antigas – são identificadas diversas habitações, quer de carácter social, quer de outra natureza (casas de função), cujo elevado estado de degradação implica intervenções urgentes, não só de âmbito físico, mas também de natureza social. . A intervenção no Espaço Público, incluindo espaços verdes e mobiliário urbano e em Equipamentos de Utilização Coletiva – como forma de promover a inclusão e coesão social do território, bem como aumentar o sentimento de pertença das populações, é prioritária a intervenção na requalificação dos espaços públicos e equipamentos de uso coletivo adjacentes às áreas a intervir. Toma especial destaque a intervenção no Parque de Santiago, quer pela sua dimensão, quer pela possibilidade de integração no Parque da Cidade.

### Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
06.05 - A adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído;	FEDER	Qualificação do ESPAÇO URBANO   Reforço das Características Paisagísticas e Ambientais	Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas	12320,00	30800,00	Aumento do grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção	0,15	0,30	891 650,00€

06.05 - A adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído;	FEDER	Qualificação do ESPAÇO URBANO   Garantia de Coesão Social e Territorial	Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas	33325,00	73850,00	Aumento do grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção	0,35	0,80	7 050 750,00€
06.05 - A adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído;	FEDER	Valorização do Edificado e Património Histórico   Qualificação e Refuncionalização do Parque Imobiliário	Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas	424,00	1060,00	Aumento do grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção	0,05	0,12	578 000,00€
06.05 - A adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído;	FEDER	Valorização do Edificado e Património Histórico   Qualificação do Património Histórico	Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas	3090,00	3090,00	Aumento do grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção	0,20	0,20	1 519 800,00€

06.05 - A adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído;	FEDER	Valorização do Edificado e Património Histórico   Qualificação e Refuncionalização do Parque Imobiliário   IFRRU	Habitacões reabilitadas em áreas urbanas	12,00	30,00	Aumento do grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção	0,10	0,25	559 700,00€
06.05 - A adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído;	FEDER	Valorização do Edificado e Património Histórico   Qualificação e Refuncionalização do Parque Imobiliário   IFRRU	Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas	3086,00	8040,00	Aumento do grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção	0,10	0,13	2 270 800,00€
06.05 - A adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído;	FEDER	Valorização do Edificado e Património Histórico   Qualificação do Património Histórico   IFRRU	Habitacões reabilitadas em áreas urbanas	4,00	16,00	Aumento do grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção	0,05	0,20	298 500,00€

09.08 - A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais;	FEDER	Intervenções no Edificado e Espaço Público   Medidas de Natureza Física	Habitacões reabilitadas em áreas urbanas	457,00	571,00	Aumento do grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção	0,80	1,60	3 679 650,00€
09.08 - A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais;	FEDER	Intervenções no Edificado e Espaço Público   Medidas de Natureza Física   IFRRU	Habitacões reabilitadas em áreas urbanas	23,00	29,00	Aumento do grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção	0,05	0,10	30 000,00€
04.05 - A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação;	FEDER	Mobilidade Suave e Rede de Interfaces   Incremento de Modos Suaves	Vias dedicadas às mobilidades suaves ou à redução de emissões de carbono	8,50	17,00	Emissão estimada dos gases com efeitos de estufa	1,75	3,75	881 875,00€

04.05 - A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação;	FEDER	Mobilidade Suave e Rede de Interfaces   Reforço da integração multimodal	Interfaces multimodais apoiados	1,00	1,00	Emissão estimada dos gases com efeitos de estufa	0,50	0,50	255 000,00€
04.05 - A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação;	FEDER	Mobilidade Suave e Rede de Interfaces   Melhoria da Rede de Interfaces	Interfaces multimodais apoiados	2,00	3,00	Emissão estimada dos gases com efeitos de estufa	1,25	3,25	680 000,00€

04.05 - A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação;	FEDER	TIC aplicadas no Apoio à Gestão e ao Cidadão   Sistemas de Informação em Tempo Real	Interfaces multimodais apoiados	1,00	1,00	Emissão estimada dos gases com efeitos de estufa	0,25	0,25	127 500,00€
04.05 - A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação;	FEDER	TIC aplicadas no Apoio à Gestão e ao Cidadão   Implementação de Sistemas Inteligentes e soluções inovadoras	Corredores de elevada procura de transportes implementados	1,00	1,00	Emissão estimada dos gases com efeitos de estufa	0,25	0,25	127 500,00€
09.08 - A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais;	FEDER	Intervenções no Edificado e Espaço Público   Medidas de Natureza Física	Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas	10000,00	20430,00	Aumento do grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção	0,10	0,20	340 000,00€

09.08 - A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais;	FEDER	Intervenções no Edificado e Espaço Público   Medidas de Natureza Física	Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas	730,00	1460,00	Aumento do grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção	0,05	0,10	595 000,00€
---	-------	---	--	--------	---------	---	------	------	-------------

### Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
		Medida							

### Total da Proposta de Contratualização por Fundo

Fundo	Valor
FEDER	19 885 725,00€
<b>Total</b>	<b>19 885 725,00€</b>

### Realização

Síntese das principais realizações, incluindo mecanismos de recolha de dados para cálculo dos indicadores

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Aveiro comporta um volume de investimento global de cerca de 40,75M€, no entanto, apenas 19.678.500€ são propostos a cofinanciamento FEDER (não reembolsável) nas 3 prioridades de investimento previstas: 4.5 apoio de 2.071.875€ FEDER; 6.5 apoio de 10.040.200€ FEDER e 9.8 apoio de 4.614.650€ FEDER. A esses valores acresce ainda uma dotação de 3.159.000€ FEDER para o Instrumento de Reabilitação e Revitalização Urbana 2020, a que corresponde um investimento direto privado complementar de aproximadamente 10.583.000€.

Este investimento, cofinanciado no âmbito do PEDU, permitirá atingir as seguintes metas de realização e resultado até finais de 2020:

- Concretização de 17 km de rede ciclável e pedonal em vias de 1º e 2º Nível de ligação aos principais pólos geradores de tráfego;
- Implementação de sistema de bike-sharing de nova geração;
- Desenvolvimento e implementação de 1 Programa de Sensibilização para a utilização de modos suaves de transporte;
- Reabilitação de 22.480m<sup>2</sup> de edifícios públicos ou comerciais, construídos ou renovados na área de intervenção definida;
- Concretização de 170.080m<sup>2</sup> de espaços abertos, criados ou reabilitados na área de intervenção definida;
- 600 habitações de cariz social reabilitadas nas áreas das comunidades desfavorecidas;
- 46 habitações em área urbana reabilitadas.

No que diz respeito ao cálculo dos indicadores de realização e de resultado propostos, preconiza-se o recurso (em função das características de cada indicador em particular) a informação de natureza primária e de natureza secundária.

No primeiro caso (informação primária), os dados de suporte serão recolhidos com periodicidade anual à escala de cada operação em particular, a partir dos elementos apresentados pelo beneficiário em sede de candidatura (que incluem informação factual sobre a situação de partida e informação previsional sobre a meta a atingir em resultado do desenvolvimento da operação) e no âmbito dos relatórios de execução e/ou final da operação (este último com informação factual sobre o grau de concretização da meta fixada inicialmente ou na sequência de eventuais reprogramações), correspondendo os valores globais por indicador ao resultado da agregação dos dados provenientes das diferentes operações apoiadas.

No segundo caso (informação secundária), os dados de suporte ao cálculo deste indicador serão recolhidos com periodicidade anual a nível agregado para o conjunto do território a partir de informação estatística veiculada por fontes oficiais de produção estatística, com destaque para o Instituto Nacional de Estatística, Ministério da Educação (Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência), Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (IEFP) e outras instituições/institutos públicos que sejam detentores de dados e informações relevantes para a leitura do impacto das operações no território.

Em relação ao indicador de resultado "Aumento do grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção", a sua medição será efetuada através da realização de inquéritos à população, sendo expectável a realização de 3 inquéritos nos seguintes momentos: 1º trimestre de 2016 (ponto de partida) / 1º trimestre de 2019 (reportado a 31 de dezembro de 2018) e 1º trimestre de 2021 (reportado a 31 de dezembro de 2020). Estes inquéritos são desenvolvidos no âmbito das competências da Autoridade Urbana e será uma ação integrada na Animação e Gestão do PEDU.

## Modelo de Governação

### Modelo de Governação

#### **Modelo de gestão e organização que assegurem a prossecução do Plano com eficácia e eficiência, incluindo descrição da equipa técnica**

A Autoridade Urbana (AU) terá como objeto o acompanhamento e seleção das operações que dão concretização à estratégia aprovada no âmbito do PEDU. O Município de Aveiro pretende avançar com a constituição de uma parceria sem personalidade jurídica, constituída ao abrigo dos artigos 167º e seguintes do código civil, de acordo com a estrutura proposta no anexo 1.

A coordenação política da AU ficará a cargo do Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, que assume o cargo de presidente da Comissão de Gestão (CG) que é composta por outros 2 elementos: Reitor da Universidade de Aveiro e Presidente da Assembleia Municipal. Para além da CG são identificados outros órgãos no modelo organizacional da AU cujas competências são:

a) CG - Órgão Executivo, composto por 3 membros, ao qual compete:

- . Garantir a dinamização e gestão da Estratégia de Desenvolvimento Urbano (EDU) para a área de intervenção;
- . Analisar e emitir parecer sobre pedidos de apoio apresentados de acordo com os respetivos regulamentos de aplicação e as orientações técnicas definidas pela Autoridade de Gestão (AG);
- . Coordenar e assegurar a gestão técnica, administrativa e financeira do orçamento da AU, analisar os justificativos de despesas e propor à AG a emissão das autorizações de pagamento dos apoios públicos correspondentes às despesas elegíveis realizadas;
- . Elaborar um manual de procedimentos relativamente às funções que assegura enquanto organismo intermédio, e atualizá-lo, sempre que necessário, garantindo que o mesmo incorpora as orientações técnicas da AG;
- . Elaborar e propor à Comissão Consultiva (CC) os relatórios de execução anual, sendo que após aprovação do mesmo deverá transmiti-lo à AG;
- . Responder, na qualidade de interlocutor único e em representação de todos os promotores às solicitações de informação ou de modificação requeridas pela AG do programa;
- . Comunicar à CC e à Unidade de Acompanhamento os resultados da instrução e as decisões adotadas pela AG;
- . Velar pelo desenvolvimento e pela execução dos projetos, conforme o exposto no formulário de candidatura, respeitando os prazos previstos;
- . Conservar e ter disponível durante 5 anos seguintes ao pagamento da subvenção, todos os elementos comprovativos relativos às despesas realizadas e aos controlos respetivos, sujeitos a fiscalização;
- . Garantir que os beneficiários cumprem com os requisitos fiscais e contabilísticos aplicáveis;
- . Submeter à AG informação periódica sobre o progresso físico, administrativo e financeiro do projeto, através do envio de Relatórios semestrais de execução e do relatório final do projeto.

A CG analisa e valida todas as decisões tomadas pela Equipa de Gestão Operacional (EGO), previamente ao envio à AG. Este órgão deverá reunir com uma periodicidade mínima bimensal, sendo que deverá estar presente nestas reuniões o GAU ou representante da EGO.

b) A Comissão Consultiva da AU poderá ser composta por 7 membros, tendo como principais competências:

- . Apoio na definição da EDU;
- . Monitorizar e acompanhar a implementação da mesma;
- . Analisar os relatórios de execução semestrais e anuais e
- . Analisar propostas de alteração à Estratégia/Projetos.

As reuniões do órgão deliberativo da AU deverão realizar-se semestralmente.

c) Compete à EGO, prestar apoio técnico à CG, bem como ao GAU, nomeadamente, na elaboração do manual de procedimentos, na promoção e divulgação da EDU, na análise dos processos de candidaturas, na análise e validação de pedidos de pagamento, no registo das operações no sistema de informação da AG, emissão de parecer dos projetos candidatos ao Instrumento Financeiro para Reabilitação e Revitalização Urbana, na elaboração do relatório anual, no acompanhamento da estratégia e na execução de tarefas de ordem administrativa e financeira. A EGO será composta por 3 elementos, sendo fundamental garantir a segregação de funções. Assim, na análise das Candidaturas, deverá estar afeto um elemento com competências na área de Gestão de Projetos, na análise e validação de Pedidos de Pagamentos, um elemento com competências em gestão financeira e no Controlo e Verificação Técnica das operações, um elemento com competências em arquitetura ou engenharia.

O GAU assumir-se-á como líder e coordenador da EGO, reunindo em si competências nas áreas de gestão e de liderança e gestão de equipas multidisciplinares. A pessoa a alocar a esta função terá que garantir a articulação interna com os serviços do Município, com as instituições de apoio consultivo, com a AG, bem como com outros organismos como a entidade gestora do instrumento financeiro.

d) A Comissão de Acompanhamento – constituída pelos serviços da autarquia darão todo o apoio necessário à EGO para a instrução dos Processos, nomeadamente preparação dos projetos, licenciamentos, fiscalização, planos financeiros, entre outros, através da participação ativa de diferentes unidades orgânicas do Município.

### **Mecanismos de acompanhamento e avaliação**

Atendendo à importância e relevância das competências atribuídas à Autoridade Urbana, para além da contribuição que cada um dos parceiros pode conferir na prossecução do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, justifica-se que esta assuma um papel efetivo na monitorização e acompanhamento da execução do mesmo.

A Equipa de Gestão Operacional acompanhará de perto a implementação dos diversos projetos que integram

o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, monitorizando a execução física, financeira e temporal dos mesmos. Da realização deste acompanhamento dará conta dos resultados, apresentando relatórios mensais, à Comissão de Gestão que, por sua vez, reportará os resultados à Comissão Consultiva semestralmente.

O Plano de Monitorização assume-se como instrumento fundamental para caracterizar o estado de desenvolvimento dos trabalhos, a coerência com os timings e custos previstos, bem como com os resultados preconizados no PEDU. Este permitirá identificar discrepâncias, atrasos, entre outros, facilitando assim a tomada de opções com vista à manutenção do planeado e à correção de eventuais desvios que se venham a detetar. O Plano de Monitorização a elaborar pela Comissão de Gestão, com o apoio da Equipa de Gestão Operacional, usará as fichas de projeto descritas no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, os Indicadores de Realização/Caracterização e as Metas, como referência para o acompanhamento e fiscalização do desenvolvimento, no terreno, dos projetos.

Os relatórios, elaborados pela Equipa de Gestão Operacional, a apresentar com periodicidade mensal, deverão fazer referência a:

- Trabalhos realizados no período em causa;
- Desvios (resultado, prazo), razões e proposta de ações corretivas;
- Trabalhos a realizar no mês seguinte (resultados esperados, prazos);
- Recursos necessários para a execução dos trabalhos;
- Equipas de projeto sob coordenação;
- Outras informações consideradas relevantes.

Para viabilizar o acompanhamento, monitorização e avaliação da implementação, apresentar-se-á uma matriz por objetivos, que cruza as ações identificadas com as respetivas metas e explicita os indicadores aplicáveis a cada uma destas. Esta Matriz é muito importante no acompanhamento da execução desses indicadores e fornece elementos importantes para os Relatórios de Acompanhamento do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano.

Será, igualmente, analisada a possibilidade de implementação de uma plataforma mediadora e informativa com o objetivo:

- Elaborar e manter atualizado o retrato do parque edificado existente;
- Monitorizar o mercado da habitação e as respetivas dinâmicas;
- Simplificar procedimentos e apoiar os particulares no sentido do licenciamento das ações que desejam promover;
- Divulgar oportunidades de investimento, de modo a informar e atrair potenciais investidores;
- Promover o encontro de interesses;
- Potenciar e divulgar os apoios disponíveis para a reabilitação urbana e para o arrendamento;
- Possuir a informação necessária e atualizada para dar resposta a questionários como o do “Índice de Cidades Inteligentes 2020”, realizado no âmbito da rede RENER a que o Município de Aveiro pertence, bem como no âmbito do Barómetro Cidades Sustentáveis 2020, a ser constituído no âmbito dessa Estratégia Nacional.

Espera-se, desta forma, que esta plataforma se assuma como uma ferramenta essencial ao acompanhamento e avaliação da implementação das ações previstas no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, bem como das ações complementares não previstas.

O Município de Aveiro pretende, ainda, elaborar inquéritos de satisfação à população no início (1º trimestre de 2016 – Ponto de Partida), na avaliação intermédia (1º trimestre de 2018, mas reportado a 31 de dezembro de 2018) e na conclusão da implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (1º trimestre de 2021, mas reportado a 31 de dezembro de 2020) por forma a ser possível aferir do grau de satisfação dos residentes na área de intervenção do mesmo.

Acresce informar que, no âmbito do acompanhamento e avaliação do PEDU, é proposta a contratualização de uma equipa técnica de Peritos Independentes que dê apoio à operacionalização da implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Aveiro. Essa equipa poderá ser constituída por cinco peritos externos com competências multidisciplinares, em por exemplo: Planeamento, Engenharia, Gestão, Património e Ambiente. Esta equipa de peritos independentes terá um papel muito importante, no âmbito das competências da Autoridade Urbana, trabalhando em estreita colaboração com a Equipa de Gestão Operacional e com o Gestor da Autoridade Urbana, pois emitirá pareceres técnicos sobre as operações candidatas ao financiamento do PEDU, amplificando e garantindo elevados níveis de credibilidade que se desejam neste tipo de operações.

## **Envolvimento e responsabilidades dos parceiros**

O PEDU, na sua fase de conceção e elaboração, desenvolvido através de um processo partilhado e mobilizador, contou com o envolvimento de agentes locais e de um conjunto de técnicos municipais com experiência e competências multidisciplinares, das quais destacamos: Planeamento, Gestão Estratégica, Mobilidade, Ambiente, Desenvolvimento Económico, Urbanismo, Sistemas de Informação, Turismo, História e Ação Social. Em conjunto, e com valiosos contributos de todos, foram identificadas as apostas estratégicas, indicadores de sucesso e tipologias de intervenções a desenvolver no território em análise. O trabalho desenvolveu-se ao longo de quatro fases: Fase 1 – Diagnóstico e Levantamento de Necessidades, FASE 2 – Definição de Posicionamento/Prioridades de Intervenção, FASE 3 – Definição de Tipologias de Intervenções e FASE 4 – Validação e Submissão do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano. Adotou-se assim uma abordagem bottom-up, assumindo como base as necessidades identificadas pelos parceiros e no diagnóstico apresentado, e que nos permite garantir, que as ações que vierem a ser implementadas no âmbito do PEDU serão adequadas às necessidades atuais e futuras da nossa área de intervenção.

De acordo com a proposta-base do Modelo de Governação para a Autoridade Urbana, apresentada anteriormente, está previsto o envolvimento de diversas entidades e parceiros nos vários órgãos propostos. Pretende-se dessa forma, e tal como ocorreu na fase de elaboração do PEDU, garantir no acompanhamento da operacionalização do Plano a mobilização de vários parceiros. Sabendo que a produção conjunta é a melhor garantia para uma abordagem integrada e que dela resulta o aumento da probabilidade de uma implementação bem-sucedida, e com resultados efetivos, duradouros e sustentáveis para a comunidade, será sempre prioridade garantir um efetivo envolvimento de vários parceiros nas diferentes fases do desenvolvimento, implementação e monitorização do PEDU.

No que diz respeito à representatividade e natureza dos parceiros, pretende-se garantir a diversidade de agentes envolvidos no PEDU e que, em conjunto, possam garantir uma grande representatividade dos diversos públicos do território de intervenção definido. A título indicativo, apresentam-se alguns exemplos de eventuais parceiros a integrar neste processo (anexo 2). Saliente-se que, nas interações a ter com a Autoridade de Gestão no processo de negociação do PEDU, estas questões do Modelo de Governação, competências da Autoridade Urbana e envolvimento e responsabilidade dos parceiros será analisada de modo a garantir que a solução adotada no PEDU de Aveiro vai ao encontro das necessidades e expectativas da AG.

Deseja-se, ainda, que estas dinâmicas sejam geradoras de mais coesão e de novas oportunidades de trabalho conjunto, extravasando o fim concreto de implementação desta estratégia, promovendo novos caminhos e soluções para questões do interesse comum dos agentes envolvidos e de importância para o desenvolvimento socioeconómico do território e das suas populações.

## Quadro de Investimentos

### Quadro de Investimentos

P.I.	Designação do Investimento	NIF Promotor	Promotor Nome	Valor Invest. Total	Ano Início	Freguesia	% Imp.
06.05	Qualificação Urbanística das Áreas associadas a Espaços Industriais Abandonados	505931192	MUNICÍPIO DE AVEIRO	304 000,00€	2017	União das freguesias de Glória e Vera Cruz	100,00
06.05	Qualificação e Modernização dos Espaços Verdes, equipamentos e ambiente urbano	505931192	MUNICÍPIO DE AVEIRO	245 000,00€	2017	União das freguesias de Glória e Vera Cruz	100,00
06.05	Qualificação do Espaço Urbano no Centro Histórico - Reforço dos Centros	505931192	MUNICÍPIO DE AVEIRO	5 115 000,00€	2016	União das freguesias de Glória e Vera Cruz	100,00

06.05	Qualificação do Espaço Urbano no Centro Histórico de Aveiro - Eixos de Ligação	505931192	MUNICÍPIO DE AVEIRO	2 880 000,00€	2016	União das freguesias de Glória e Vera Cruz	100,00
06.05	Qualificação do Espaço Urbano no Centro Histórico de Aveiro - Reforço das Vivências Urbanas	505931192	MUNICÍPIO DE AVEIRO	300 000,00€	2016	União das freguesias de Glória e Vera Cruz	100,00
06.05	Valorização de Sistemas e Estruturas Ecológicas Urbanas	505931192	MUNICÍPIO DE AVEIRO	500 000,00€	2017	União das freguesias de Glória e Vera Cruz	100,00
06.05	Reabilitação de Equipamentos para Uso Público Coletivo	505931192	MUNICÍPIO DE AVEIRO	680 000,00€	2017	União das freguesias de Glória e Vera Cruz	100,00
06.05	Requalificação e Modernização de Edifícios Património Histórico, visando a dinamização de atividades económicas em meios urbanos	505931192	MUNICÍPIO DE AVEIRO	528 000,00€	2016	União das freguesias de Glória e Vera Cruz	100,00
06.05	Requalificação e Modernização de Edifícios Património Histórico de Uso Coletivo	505931192	MUNICÍPIO DE AVEIRO	1 260 000,00€	2016	União das freguesias de Glória e Vera Cruz	100,00
06.05	Requalificação de Edifícios para fins habitacionais	E1_505931192	Entidades Elegíveis ao Instrumento Financeiro	1 875 000,00€	2017	União das freguesias de Glória e Vera Cruz	100,00
06.05	Requalificação de Edifícios para apoio à atividade económica	E1_505931192	Entidades Elegíveis ao Instrumento Financeiro	2 400 000,00€	2017	União das freguesias de Glória e Vera Cruz	100,00
06.05	Reconversão de Edifícios e Áreas Industriais	E1_505931192	Entidades Elegíveis ao Instrumento Financeiro	3 328 000,00€	2017	União das freguesias de Glória e Vera Cruz	100,00
06.05	Reabilitação de Equipamentos para Uso Público Coletivo	E1_505931192	Entidades Elegíveis ao Instrumento Financeiro	1 880 000,00€	2017	União das freguesias de Glória e Vera Cruz	100,00
06.05	Requalificação do Edificado para Fins Habitacionais	E1_505931192	Entidades Elegíveis ao Instrumento Financeiro	1 000 000,00€	2017	União das freguesias de Glória e Vera Cruz	100,00

09.08	Edificado - Habitação Social e Outros	505931192	MUNICÍPIO DE AVEIRO	4 329 000,00€	2016	União das freguesias de Glória e Vera Cruz	100,00
09.08	Edificado - Habitação Social e Outros	E1_505931192	Entidades Elegíveis ao Instrumento Financeiro	100 000,00€	2016	União das freguesias de Glória e Vera Cruz	100,00
09.08	Espaço Público, incluindo espaços verdes e mobiliário urbano	505931192	MUNICÍPIO DE AVEIRO	400 000,00€	2017	União das freguesias de Glória e Vera Cruz	100,00
09.08	Equipamentos de utilização coletiva - Qualificação de Edifícios	505931192	MUNICÍPIO DE AVEIRO	700 000,00€	2017	União das freguesias de Glória e Vera Cruz	100,00
04.05	Criação de Vias Cicláveis e vias pedonais segregadas em Vias de 1º Nível (Mobilidade Urbana) de ligação aos principais pólos e freguesias periurbanas	505931192	MUNICÍPIO DE AVEIRO	202 500,00€	2016	União das freguesias de Glória e Vera Cruz	100,00
04.05	Clarificar e implementar rede Ciclável e Pedonal em Vias de 2º Nível (Mobilidade Urbana), de ligação aos principais pólos geradores de tráfego	505931192	MUNICÍPIO DE AVEIRO	340 000,00€	2016	União das freguesias de Glória e Vera Cruz	100,00
04.05	Intervenções em Áreas de Conflito / Articulação ao nível da mobilidade	505931192	MUNICÍPIO DE AVEIRO	195 000,00€	2016	União das freguesias de Glória e Vera Cruz	100,00
04.05	Promoção da Mobilidade Sustentável no Campus	505931192	MUNICÍPIO DE AVEIRO	200 000,00€	2016	União das freguesias de Glória e Vera Cruz	100,00
04.05	Implementação de Sistema de Bike-Sharing - Reconversão da BUGA	505931192	MUNICÍPIO DE AVEIRO	600 000,00€	2016	União das freguesias de Glória e Vera Cruz	100,00
04.05	Intervenções em Interfaces de transportes públicos, nomeadamente em Parques de Estacionamento periféricos de apoio à intermodalidade	505931192	MUNICÍPIO DE AVEIRO	200 000,00€	2016	União das freguesias de Glória e Vera Cruz	100,00
04.05	Programa de Sensibilização para a Utilização dos Modos Suaves	505931192	MUNICÍPIO DE AVEIRO	100 000,00€	2016	União das freguesias de Glória e Vera Cruz	100,00

04.05	Sistema de monitorização e Controlo de tráfego Rodoviário através de implementação de sensores e câmaras CCTV	505931192	MUNICÍPIO DE AVEIRO	150 000,00€	2016	União das freguesias de Glória e Vera Cruz	100,00
04.05	Bilhética integrada	E2_505931192	Entidades Privadas concessionárias de Transportes Públicos	300 000,00€	2016	União das freguesias de Glória e Vera Cruz	100,00
04.05	Sistema Integrado de informação ao utilizador (TC)	E2_505931192	Entidades Privadas concessionárias de Transportes Públicos	150 000,00€	2016	União das freguesias de Glória e Vera Cruz	100,00

## Documentos

Tipo	Nome	Data	Utilizador
Ficha resumo do plano de ação integrado para comunidades desfavorecidas	Fichas_Resumo_PAICD.pdf	29/09/2015 15:48	505931192
Plano de ação de regeneração urbana	Anexos_modelo_governacao_PEDU.pdf	29/09/2015 16:59	505931192
Plano de ação de regeneração urbana	PARU_vf.pdf	29/09/2015 15:33	505931192
Plano de ação de regeneração urbana	Anexos_PARU_1.pdf	29/09/2015 15:33	505931192
Plano de mobilidade urbana sustentável	Anexo_3_PMUSA_Plantas.pdf	29/09/2015 17:28	505931192
Plano de mobilidade urbana sustentável	PMUSA_Notas.pdf	29/09/2015 17:30	505931192
Plano de ação integrado para comunidades desfavorecidas	Anexos_PAICD.pdf	29/09/2015 16:49	505931192
Plano de ação integrado para comunidades desfavorecidas	PAICD_vf.pdf	29/09/2015 16:50	505931192
Ficha resumo do plano de ação de regeneração urbana	Ficha_resumo_PARU.pdf	29/09/2015 15:32	505931192
Ficha resumo do plano de mobilidade urbana sustentável	Anexo_1_PMUSA_Ficha_Global.pdf	29/09/2015 17:28	505931192
Plano de ação de regeneração urbana	Anexos_PARU_3.pdf	29/09/2015 15:34	505931192
Plano de mobilidade urbana sustentável	Anexo_2_PMUSA_Fichas.pdf	29/09/2015 17:28	505931192
Plano de ação de regeneração urbana	Anexos_PARU_4.pdf	29/09/2015 16:52	505931192
Prioridades de Investimento a mobilizar	Quadro_Prioridade_Investimento.pdf	29/09/2015 16:57	505931192
Plano de ação de regeneração urbana	ARU_1.pdf	29/09/2015 19:23	505931192
Plano de ação de regeneração urbana	ARU_2.pdf	29/09/2015 18:15	505931192
Plano de ação de regeneração urbana	Anexos_PARU_2.pdf	29/09/2015 15:34	505931192
Plano de mobilidade urbana sustentável	Anexo_4_PMUSA_PIMTRA.pdf	29/09/2015 17:29	505931192